

MP que unifica os órgãos de arrecadação fiscal e previdenciária perde validade nesta sexta-feira. Governo e oposição buscam entendimento, que pode beneficiar empresas devedoras da Previdência

Governo corre contra o tempo para aprovar a Super-Receita

PÁGINA 15

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

DAIANE SOUZA / UNB-AGÊNCIA



Laboratório de Química da Universidade de Brasília: número insuficiente de pesquisadores é um dos principais problemas do ensino superior no país

Falta de recursos para pesquisa gera atraso

PÁGINA 10

Carla Cico e Sérgio Sombra depõem esta semana nas CPIs

Ex-presidente da Brasil Telecom deporará na CPI dos Correios, enquanto o ex-segurança de Celso Daniel estará na CPI

dos Bingos, que ouvirá também outros dois acusados de participar do assassinato do ex-prefeito de Santo André.

CPI dos Correios é prorrogada sob protesto governista

Palocci dará explicações aos senadores dia 22

Poleto só não foi preso porque tinha *habeas corpus*

PÁGINAS 3 A 9

e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 21
FRASES	Página 21
VOZ DO LEITOR	Página 21
CONHEÇA O SENADO	Página 23

— cidadania

Dicas para evitar as zoonoses

Saiba como prevenir dezenas de doenças que podem ser transmitidas por alimentos contaminados. Conheça também as características das zoonoses.

PÁGINA 24

Depois de limpar a pauta, mais uma MP

A medida provisória que cria a chamada Super-Receita Federal (MP 258/05) tem nesta quarta-feira seu dia mais decisivo no Congresso, quando governistas e oposicionistas se reúnem, pela primeira vez no Senado, para tentar um acordo que permita sua votação. A MP 258 é o principal assunto da pauta do Plenário na semana (leia mais na página 15).

Existem dezenas de projetos prontos para votação, mas a MP tranca a pauta, pois já chegou no prazo-limite. Na última se-

mana, a pauta também esteve sobrestada, mas um acordo partidário possibilitou sua votação. Com isso, 30 matérias foram aprovadas. Não eram projetos polêmicos, como é o caso da MP da Super-Receita, mas estavam há vários dias prontos para votação.

Das 30 matérias, nove eram projetos de lei oriundos da Câmara, dois projetos de lei de senadores, nove projetos de decreto legislativo (acordos internacionais), nove indicações de autoridades e um empréstimo

externo para o Maranhão, no valor de até US\$ 30 milhões junto ao Banco Mundial. Foram ainda apreciados 24 requerimentos com pedidos de informações ao Executivo e assuntos que tratam de tramitação de projetos (leia mais na página 16).

Um dos projetos aprovados, já enviado à Câmara, autoriza a Polícia Federal e as Forças Armadas a entrar nas unidades de conservação, como parques florestais, mesmo sem pedir autorização aos órgãos responsáveis pelas áreas, como o Ibama.

Agências: nomeações à revelia do Executivo

O Senado pode assumir a indicação e nomeação de dirigentes das agências reguladoras no caso de o Poder Executivo levar mais de 90 dias para preencher o cargo vago. Essa mudança é prevista em projeto de lei (PLS 322/05) do senador José Jorge (PFL-PE), que está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) desta quarta-feira, a partir das 9h30. A

proposta será votada em decisão terminativa e recebeu parecer do relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), pela sua conversão em proposta de emenda à Constituição (PEC). Ao justificar o projeto, José Jorge acusou o Executivo de, reiteradamente, não encaminhar a substituição dos dirigentes das agências reguladoras. Sua proposta, assim, teria a intenção de resguardar

a autonomia e competência de atuação desses órgãos.

A CCJ também examina em caráter terminativo projeto de lei (PLS 50/04) do senador César Borges (PFL-BA) que aumenta a pena do seqüestro de incapazes. A proposição alcança os crimes em que se retira o menor dos pais ou de quem tem a guarda legal para criá-lo como filho ou entregá-lo a terceiro.

Pneus recauchutados: Raupp próximo de decisão

Uma reunião conjunta das comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Assuntos Sociais (CAS) pode ser marcada para votar o projeto de lei do senador Flávio Arns (PT-PR), que dispõe sobre as exigências de contrapartida ambiental para a recolocação de pneus no mercado interno, sejam eles importados ou fabricados no Brasil. O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) anunciou que pedirá a reunião para as próximas semanas. Relator do projeto nas duas comissões,

Raupp encerrou na última quinta-feira as reuniões do grupo de trabalho que estuda o assunto. Para ele, o ponto mais importante a ser analisado é a proibição, da entrada no país, de pneus recauchutados. Assim, ficaria aberta somente a importação de carcaças, com vistoria e autorização comprovada pelo Ibama, respeitando-se as leis ambientais.

Há 1.600 indústrias de recauchutagem e remodelagem de pneus no país, que empregam 40 mil pessoas e geram 200 mil empregos indiretos.



Raupp já encerrou as reuniões de grupo de trabalho criado para discutir a recolocação de pneus no mercado interno

Comissões

QUARTA-FEIRA

9h30 – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Agências – Uma das propostas em pauta prevê que, caso o presidente não escolha o diretor das agências reguladoras 90 dias depois da vacância do cargo, a indicação e a nomeação passam a ser de competência exclusiva do Senado Federal (PLS 322/05). **Autor:** senador José Jorge (PFL-PE). **Relator:** senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Incentivo – Pode ser analisado ainda projeto que regulamenta a concessão de incentivos destinados a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do país (PLS 106/04). **Autor:** senadora Roseana Sarney (PFL-MA). **Relator:** senador Alvaro Dias (PSDB-PR).



11h – EDUCAÇÃO

Sociedade – Projeto em pauta trata de alterações societárias das empresas jornalísticas e de radiodifusão (PLS 222/05). **Autor:** senador licenciado Hélio Costa (PMDB-MG). **Relator:** senador Edison Lobão (PFL-MA).

Desaparecidos – Proposta obriga as empresas de televisão a veicular imagens de pessoas desaparecidas (PLS 90/04). **Au-**

tor: senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). **Relator:** senador Gerson Camata (PMDB-ES).

11h – CPI DOS CORREIOS

Brasil Telecom – Ex-presidente da empresa, Carla Cico, será ouvida pelos parlamentares.

11h30 – CPI DO MENSALÃO

Requerimento e agenda – Reunião administrativa será realizada para votar requerimentos e definir calendário de trabalho.

Depois da CCJ – CPI DOS BINGOS

Dívida de Lula – Comissão ouve Paulo Okamoto, presidente do Sebrae, que pagou dívida de Lula com o PT, e o funcionário da GTech Afrânio Nabuco.

14h – CPI DOS CORREIOS

Sub-Relatoria de Fontes Financeiras – Ouve a ex-secretária de Delúbio Soares Solange Pereira de Oliveira e a funcionária da SMP&B Geiza Dias.

Sub-Relatoria de Contratos – Ouve João Leite Netto, suspeito de ser o verdadeiro dono da franquia dos Correios no Shopping Tamboré (SP).

QUINTA-FEIRA

9h30 – RELAÇÕES EXTERIORES

Embaixador – Vota a indicação de Almir Franco de Sá Barbuda para o cargo de embaixador na

Bélgica e em Luxemburgo.

9h30 – ASSUNTOS SOCIAIS

Quilombo – Analisa projeto que inclui representantes da Fundação Palmares e de comunidades quilombolas nos comitês de bacia hidrográfica (PLC 9/05).

Autor: deputado Luiz Alberto (PT-BA). **Relator:** senador Augusto Botelho (PDT-RR).



10h – DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Debates – Comissão vota requerimentos para a realização de debates sobre a proposta de prorrogação da licença-maternidade mediante incentivo fiscal, sobre questões indígenas e sobre a posição do Brasil no ranking da Social Watch (94º de 163).

Incentivo fiscal – Projeto de dedução do Imposto de Renda para doação aos fundos nacional, estaduais e municipais em favor da criança e do adolescente (PLC 51/04). **Autor:** deputada Ângela Guadagnin (PT-SP). **Relator:** senador Flávio Arns (PT-PR).

10h30 – CPI DOS BINGOS

Santo André – Ouve indicação pela morte de Celso Daniel, Sérgio Gomes da Silva, o ex-secretário de Obras de Santo André Klinger de Oliveira Souza, e o empresário de transportes Ronan Maria Pinto.

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

14h - Sessão não-deliberativa

TERÇA-FEIRA

Feriado. Não há sessão.

QUARTA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

Super-Receita – Tranca a pauta o projeto (PLV 29/05) da Medida Provisória 258/05, que cria a Secretaria da Receita Federal do Brasil para centralizar a arrecadação de tributos e contribuições sociais da União em um único órgão, a Super-Receita. O texto tem de ser aprovado até o dia 18, sexta-feira, caso contrário vai perder a validade.

Caso a Super-Receita seja aprovada, as seguintes matérias podem ser analisadas:

Municípios – Substitutivo à PEC 12/04, que exclui os municípios criados até o final de 2000 da aplicação da Emenda Constitucional 15 – que limita a criação de novos municípios. **Autor:** senador Luiz Otávio

(PMDB-PA).

Meteorologia – Pode ser votada ainda a PEC 12/03, que define a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. **Autor:** senador Osmar Dias (PDT-PR). **Relatora:** senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

Zona Franca – A PEC 59/04, que altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira, também pode ser votada em primeiro turno. **Autor:** senador Arthur Virgílio (PSDB-AM).

QUINTA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

Agenda em aberto – A pauta depende da votação da MP da Super-Receita, que tranca a pauta de votações.

SEXTA-FEIRA

9h - Sessão deliberativa

Agenda em aberto – A pauta depende da votação da MP da Super-Receita, que tranca a pauta de votações.



CRISE POLÍTICA Relatório parcial da CPI dos Correios aponta prováveis fontes do esquema de Marcos Valério

Relatório desmente empréstimos ao PT



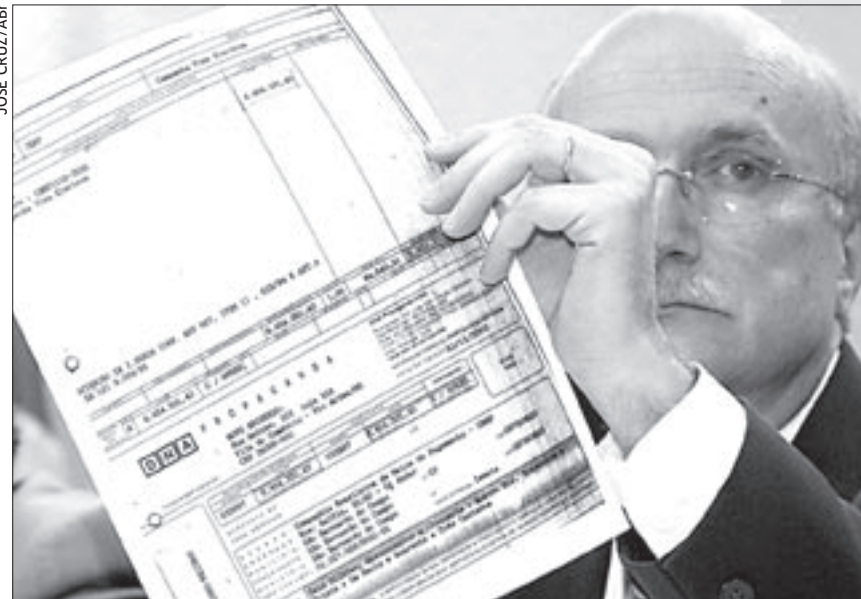
Os empréstimos nos bancos BMG e Rural foram “orquestrados para disfarçar as transferências ilegais

para o PT”. As reais fontes do valerioduto seriam fraudes e irregularidades em contratos com empresas privadas e públicas. Essas são as principais conclusões do relatório parcial apresentado à CPI dos Correios pelo sub-relator de Fontes Financeiras, deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR).

Os resultados das investigações fortaleceram a ideia de que os trabalhos da CPI dos Correios devem ser prorrogados até abril, deflagrando acirrada briga política. Apesar de anunciada a dilatação de prazo, o líder do governo na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), anunciou que o PT vai brigar para anular duas assinaturas e derrubar a prorrogação.

Partindo do argumento de que “não é lógico que uma empresa de publicidade tome dinheiro emprestado no sistema bancário, com juros elevados, e o empreste a um partido político sem prazo de pagamento”, a análise da documentação entregue por Marcos Valério encontrou nos livros contábeis uma série de operações incompatíveis com os

A corretagem paga por fundos de pensão também será investigada



Serraglio, relator da CPI dos Correios, e documento da DNA: indícios de que estatais e empresas privadas alimentaram o valerioduto

extratos bancários. Há indícios ainda de fraude contábil, já que Marcos Valério só registrou os empréstimos depois da divulgação do esquema. Os documentos, de acordo com o relatório, apresentam várias lacunas, aumentando a suspeita de que foram manipulados para simular a legalidade da operação. Falta documento legal que comprove o empréstimo de R\$ 55 milhões ao PT. A ação de cobrança movida por Valério contra o partido foi extinta justamente pela falta de comprovação desse vínculo. Os bancos Rural e BMG também participaram da operação, aponta o relatório, já

que as dívidas foram roladas de maneira sistemática.

O relatório indica ainda as possíveis fontes do valerioduto. Os desvios de bônus de volume – descontos dados pelos meios de comunicação –, que deveriam ser repassados ao Banco do Brasil pela DNA, e irregularidades em empresas das quais o BB é acionista (Servinet e Visanet) teriam alimentado o esquema.

Outras fontes seriam os contratos das agências de Valério com a Usiminas e as empresas de telefonia de Daniel Dantas, além dos próprios bancos, que viam em Valério um “facilitador dos seus interesses”. A corretagem de fundos de pensão e outros contratos públicos também serão investigados pela CPI.

Corretoras e doleiros estão na mira da CPI

A análise dos dados financeiros enviados à CPI dos Correios ainda não conseguiu esclarecer totalmente o papel das corretoras Bônus-Banval e Guaranhuns, além de outras empresas do ramo no esquema montado por Marcos Valério, dada a ligação delas com doleiros, a escassez dos dados sobre a movimentação no exterior e o prazo curto da CPI.

Segundo o sub-relator de Fontes Financeiras, deputado Gustavo Fruet, as duas empresas devem ser tratadas com maior rigor no próximo relatório.

A investigação do ramo inter-

nacional do valerioduto também está prejudicada pelo insucesso nos acordos com as Justiças brasileira e norte-americana para que a CPI tenha acesso aos dados sigilosos da conta do publicitário Duda Mendonça no exterior, que, de acordo com Gustavo Fruet, já estão no Ministério da Justiça e na Polícia Federal.

Só a partir desses documentos, informou o deputado, a CPI pode descobrir os titulares das empresas *offshore* que depositaram na conta do publicitário, a natureza da operação e se a conta de Duda movimentou mais dinheiro do

que o declarado à CPI.

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), que foi presidente da CPI do Banestado, classificou de mentirosa a alegação dos promotores de Nova York de que dados sigilosos entregues àquela CPI foram divulgados para uso político e acusou o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, de sonegar informações à comissão e de vazar as mesmas informações para a imprensa.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que o governo tenta atrapalhar os trabalhos das CPIs sonegando informações e retardando procedimentos.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) defendeu apuração mais criteriosa antes da divulgação de conclusões. Na semana passada, o relator da comissão, deputado Osmar Serraglio, vinculou R\$ 10 milhões transferidos pela Visanet à DNA a R\$ 9,1 milhões emprestados ao PT.

Ideli citou nota do Banco do Brasil segundo a qual, desses R\$ 9,1 milhões, R\$ 4,9 milhões referem-se a serviços efetivamente prestados, com notas fiscais emitidas, que teriam sido apreendidas pela Polícia Federal na DNA.

Extratos vinculam a Visanet ao valerioduto

A polêmica causada pelo anúncio de que parte do valerioduto seria alimentada por desvios de recursos do Banco do Brasil na Visanet levou a CPI dos Correios a divulgar provas que ligam o dinheiro da Visanet ao empréstimo de R\$ 10 milhões tomados no BMG e, posteriormente, repassados à corretora Bônus-Banval.

Os extratos bancários da DNA Propaganda, agência de Marcos Valério que tinha contratos com a Visanet, indicam que, em março de 2004, a

DNA aplicou R\$ 34,8 milhões em fundos apenas três dias depois de ter recebido R\$ 35 milhões da Visanet. No final de abril, foram transferidos R\$ 10 milhões dessa conta da DNA para o BMG, que, no mesmo dia, liberou empréstimo de valor igual para a empresa do advogado de Marcos Valério, Rogério Tolentino. Esse finan-

ciamento tinha como garantia a aplicação feita no BMG com o dinheiro retirado da DNA.

– Nós pegamos o raciocínio do dinheiro. Não temos dúvida nenhuma desse percurso – afirmou o relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR).

Em seu depoimento, Rogério Tolentino disse que tomou o empréstimo no BMG a pedido de Valério, e que o dinheiro foi parar na Bônus-Banval. A lista de pagamentos do empresário indica que a corretora repassou R\$ 1,2 milhão para o PP, R\$ 1,8 milhão para diretório do PT e petistas e R\$ 900 mil para o PL.

Os parlamentares buscaram identificar a natureza dos recursos desviados, já que a Visanet é uma empresa privada, da qual o Banco do Brasil possui cerca de um terço das ações. Ou seja, o dinheiro irregular saiu da Visanet, mas a CPI quer chamar atenção para o BB.

– Não preocupa que a Visanet tenha tido prejuízo nessa operação. Nós estamos preocupados é com os investimentos do BB – disse Serraglio.

Nota fria é outro indício contra a irregularidades

A Receita Federal encaminhou à CPI dos Correios mais um alerta sobre os negócios entre a Visanet e a DNA: uma nota fria de R\$ 6,45 milhões da Visanet à DNA em 2003, identificada no material que estava sendo destruído pelo contador de Marcos Valério e que foi apreendido pela polícia. Esse valor, segundo Osmar Serraglio, coincide com uma liberação de recursos do Banco do Brasil para a Visanet.

A informação serviu para aumentar a desconfiança em relação às notas entregues por Valério à CPI para justificar a utilização dos R\$ 10 milhões sacados da conta de publicidade da Visanet e refutar a tese dos parlamentares de que esse dinheiro foi repassado para o esquema do valerioduto.

– Essas notas queimadas e a auditoria da Receita compro-

vam que o grau de confiabilidade dos papéis de Marcos Valério não é alto – opinou Serraglio.

No material semidestruído encontrado pela polícia também estavam dez notas não contabilizadas da Amazônia Celular, uma das teles controladas pelo Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas.

Cauteloso, o presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), disse que “é prematura qualquer assertiva” sobre as notas fiscais, tanto as encontradas pela Receita quanto as apresentadas por Marcos Valério para justificar o saque de R\$ 10 milhões.

A Receita já multou o empresário em R\$ 63 milhões por irregularidades na sua contabilidade, já que os valores declarados não conferiam com os efetivamente pagos.

Estatais sabiam da oferta de contratos como garantia

De acordo com o deputado Eduardo Paes (PSDB-RJ), os Correios e a Eletronorte sabiam que seus contratos garantiram empréstimos tomados por Marcos Valério no BMG.

O deputado apresentou documentos assinados por José Octaviano Pereira, ex-diretor de Marketing e atual diretor comercial dos Correios, e por Lourival do Carmo de Freitas, diretor de Gestão Corporativa da Eletronorte, autorizando que os pagamentos das estatais às agências de Valério fossem

usados, se necessário, para quitar os empréstimos tomados pelo empresário e repassados a políticos. Mas, de acordo com o deputado, o BMG não executou judicialmente as duas empresas para cobrar o pagamento do valor devido por Valério.

Os empréstimos de R\$ 16,7 milhões e de R\$ 12,7 milhões foram garantidos pelos contratos dos Correios e da Eletronorte, respectivamente. À época, as duas empresas eram presididas por indicados do PMDB e do PTB, respectivamente.

JANE ARAÚJO



Bônus-Banval e Guaranhuns são um capítulo à parte, informou o sub-relator de Fontes Financeiras, deputado Gustavo Fruet

CRISE POLÍTICA Comissão quer esclarecer relação entre a Brasil Telecom e o esquema montado por Marcos Valério

Ideli Salvatti participa de reunião da CPI, que retoma caso Brasil Telecom com Carla Cico (destaque)

Ex-presidente da BrT fala à CPI dos Correios



O conflito entre fundos de pensão das estatais, o Citigroup e o banco Opportunity, de Daniel Dantas, pelo controle da Brasil Telecom (BrT) vai voltar à pauta da CPI dos Correios. Nesta quarta-feira, presta depoimento a ex-presidente da BrT, Carla Cico, indicada para o cargo pelo banqueiro Daniel Dantas.

A briga pelo controle da Brasil Telecom culminou com o afastamento de Carla Cico da presidência da empresa e a deposição de Dantas da gestão do consórcio formado por fundos de pensão, Citigroup e Opportunity, no que

é considerada a maior briga por controle acionário já registrada no Brasil. Dantas responde, inclusive, a processos nos Estados Unidos. Tanto o banqueiro quanto os fundos de pensão são alvos da investigação da CPI dos Correios, sob a acusação de terem contribuído com recursos que alimentaram o valerioduto: as empresas Amazônia Celular e Telemig, de Dantas, depositaram R\$ 150 milhões nas contas de Marcos Valério, enquanto os fundos são acusados de desviar dinheiro de aplicações no exterior para o esquema de caixa dois petista.

Dantas e Cico são acusados de terem contratado a empresa de investigações Kroll para espionar membros do governo, como o ex-ministro da Secretaria de Comunicação do Planalto Luiz Gushiken, ligado aos fundos de pensão.

A Sub-Relatoria de Fontes Financeiras vai ouvir nesta quarta-feira a secretária de Delúbio Soares no PT, Solange Pereira, e a funcionária da SMP&B Geiza Dias, que também seria responsável pela coordenação dos saques do valerioduto. Ela manteve conversas com doleiros mineiros sobre o repasse de R\$ 10,5 milhões para

Empresas de Dantas e fundos de pensão são possíveis fontes do valerioduto

serem contratadas eram a Beta e a Skymaster. Como as duas dividiam os contratos, não havia concorrência na licitação. Outra contratação emergencial considerada irregular dava às empresas 24 horas para iniciar as operações, prazo considerado inexecutável pelos técnicos e pela CPI. A única empresa que preencheu esse requisito foi a Skymaster.



Duda Mendonça no exterior.

Já a Sub-Relatoria de Contratos ouve João Leite Netto, que seria o verdadeiro dono da franquia dos Correios no Shopping Tamboré (SP), uma das mais lucrativas.

O sub-relator de Contratos, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), pretende apresentar um relatório parcial nesta quinta-feira. A agenda pode não ser cumprida porque alguns requerimentos importantes para as investigações não foram aprovados (veja página 3). Esse relatório deve centrar-se na Rede Postal Noturna e nas agências franqueadas, temas dos principais depoimentos à sub-relatoria.

Falta de acordo dificulta votação de requerimentos

Discussões entre parlamentares da CPI dos Correios e falta de acordo durante a reunião da última quinta-feira adiaram a votação dos pedidos de quebras de sigilo, especialmente os relacionados à investigação da Sub-Relatoria de Contratos. Depois de mais de seis horas, os oito parlamentares presentes conseguiram aprovar simbolicamente 18 requerimentos, número muito aquém da média registrada pela CPI.

Sub-relator de Contratos, o deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP) reclamou que a elaboração do seu relatório parcial está sendo prejudicada.

– Já chegaram diversas auditorias do TCU, mas não aprovamos os requerimentos para investigar os citados – alertou.

O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), disse que dificilmente o colega vai conseguir cumprir o calendário e apresentar um relatório parcial da sub-relatoria nesta semana.

Entre os requerimentos aprovados estão pedidos de informação sobre Toninho da Barcelona; Operação Farol da Colina; doleiro Alberto Youssef; agências franqueadas; além da convocação de representantes da empresa Politec.

Investigação aponta fraudes em concorrências

As auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) e o relatório parcial que a CPI dos Correios apresentou há algumas semanas apontam diversas fraudes, como concorrência forjada entre as empresas, requisitos técnicos que direcionavam a licitação e um superfaturamento que causou prejuízo de R\$ 64 milhões aos cofres públicos.

Um dos indícios de que as

empresas mantinham acordos para forjar concorrências nas licitações é o acordo que vigorou entre as companhias Beta e Skymaster até 2003, em que as duas se comprometiam a dividir metade do contrato dos Correios, independente da ganhadora, por meio de subcontratação.

Em pelo menos duas licitações, as únicas empresas que tinham condições técnicas para

serem contratadas eram a Beta e a Skymaster. Como as duas dividiam os contratos, não havia concorrência na licitação. Outra contratação emergencial considerada irregular dava às empresas 24 horas para iniciar as operações, prazo considerado inexecutável pelos técnicos e pela CPI. A única empresa que preencheu esse requisito foi a Skymaster.

Dono da Aeropostal pode ter cometido falsidade ideológica

Apesar de ter negado quaisquer irregularidades nas licitações para transporte de encomendas da Rede Postal Noturna em depoimento à Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios, o ex-diretor da Beta e atual dono da Aeropostal, Roberto Kfourri, corre o risco de responder judicialmente por falsidade ideológica. O sub-relator da CPI, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), apresentou provas de que Kfourri assinou um aditamento contratual em nome da Beta quando já tinha se desligado dessa empresa e montado a concorrente Aeropostal.

– A CPI precisa analisar esse fato do ponto de vista criminal, para verificar falsidade ideológica – informou Cardozo.

Kfourri disse que assinou o

aditamento porque não passava de formalização.

Também chamou a atenção do sub-relator o fato de o empresário ter vendido uma empresa de US\$ 1,8 milhão por apenas US\$ 100 mil ao dono da Beta, empresa que logo depois o contratou como diretor. Cardozo informou ainda que o empresário saiu da Beta e montou a Aeropostal justamente quando foi rompido acordo entre a Beta e a Skymaster, que se comprometiam a dividir o contrato da Rede Postal Noturna, independente da vencedora. Ele resolveu montar a empresa concorrente, de acordo com o deputado, porque era amigo do dono da Skymaster.

Ao analisar a trajetória de Kfourri no setor, o sub-relator aponta a possibilidade de ele



Roberto Kfourri assinou contrato pela Beta quando já havia saído da empresa

ter criado a empresa Aeropostal “justamente para forjar uma concorrência nas licitações”. A companhia aérea, observou o deputado, não tinha os requisitos necessários para participar da licitação e, por isso, não tinha a mínima condição de ganhar.

Agências franqueadas ganham mais que as permissionárias

Dados que apontam diferenças consideráveis entre as comissões pagas para agências dos Correios permissionárias, distribuídas por licitação, e as franqueadas, que não tiveram critério para a escolha do titular, levantaram suspeitas do sub-relator de Contratos da CPI dos Correios, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP).

Os permissionários recebem menos de 26% de comissão, enquanto os franqueados recebem de 35% a 40% pelos mesmos serviços. A informação foi divulgada pelo deputado durante o depoimento da presidente da

seção paulista da Associação das Empresas Prestadoras de Serviços (Abrapost), Emily Sônia Yamashita.

De acordo com a presidente da Abrapost, o sistema de franquias surgiu em 1990 devido à crise de fluxo de caixa e ao atendimento precário dos Correios. Ao rejeitar as denúncias, Yamashita comprometeu-se a enviar dados que comprovem a legalidade das franquias e chamou de inverossímil a versão de Maurício Marinho sobre o envio de cartas não franqueadas (sem pagamento) por candidatos durante as eleições.

Susep nega favorecimento à seguradora Interbrazil

René Garcia, representante da Superintendência de Seguros Privados (Susep), negou em depoimento à CPI dos Correios que o órgão tenha favorecido a seguradora Interbrazil. A empresa é acusada de contribuir para o caixa dois do PT de Goiás em troca de grandes contratos de seguros, como o das usinas de Angra I e Angra II, sem ter capital para arcar com o valor segurado. Ou seja, em caso de acidente, a Interbrazil não teria como pagar o seguro.

– A Interbrazil fazia dinheiro

para distribuir entre seus sócios e contribuir com campanhas políticas. E a Susep não fiscalizava – disse César Borges (PFL-BA).

Garcia respondeu que a Susep não interfere nas relações comerciais das companhias. Ele avaliou que o resultado é normal, pois a legislação dá condições para que as empresas menores possam concorrer.

A empresa está em fase de liquidação, mas os parlamentares argumentam que a Susep demorou para pedir intervenção na Interbrazil.

CRISE POLÍTICA Anderson Adauto admite à CPI que todas as 11 campanhas de que participou tiveram caixa dois

Ex-ministro confessa crimes eleitorais



O ex-ministro dos Transportes e atual prefeito de Uberaba (MG), Anderson Adauto (PL), admitiu, em depoimento à CPI do Mensalão, que fez caixa dois (usou dinheiro de origem não declarada) nas 11 campanhas eleitorais das quais já participou. Ele observou, aliás, que não tem conhecimento de nenhuma campanha política que consiga fechar as contas sem o uso de caixa dois.

Adauto disse também à CPI que recebeu R\$ 410 mil do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, para pagamento de gastos de campanha, no período de maio de 2003 a janeiro de 2004, quando ainda integrava o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele negou que o valor do repasse tenha sido de R\$ 1 milhão, conforme declarações prestadas à comissão por Delúbio e pelo publicitário Marcos Valério.

O ex-ministro confirmou ter usado o dinheiro do PT para pagar dívidas da campanha para deputado federal em 2002, como "contas telefônicas, empréstimos e compromissos com companheiros em diversas cidades". Mas Adauto afirmou não ter como comprovar os gastos. O valor, que segundo ele não foi declarado ao Imposto de Renda nem à Justiça Eleitoral, teria sido repassado por Delúbio a seu irmão, Edson

Pereira de Almeida, e ao então chefe de gabinete do Ministério dos Transportes, José Luís Alves, segundo explicou Adauto.

Ex-deputado federal e deputado estadual por quatro legislaturas, Anderson Adauto afirmou que desconhecia a existência de pagamento de "mensalão" a parlamentares e que tomou conhecimento de denúncias nesse sentido por meio da imprensa. Ele também explicou que recorreu a Delúbio Soares na condição de ministro por "opção pessoal".

– Do ponto de vista ético e moral estou tranqüilo. Poderia ter resolvido meus problemas de campanha com os fornecedores do ministério, o meu cargo de ministro permitiria isso, tranqüilamente. Os problemas aconteceram, mas eu não tinha conhecimento de nada disso – assinalou o ex-ministro dos Transportes.

Para o deputado Júlio Redecker (PSDB-RS) e para a vice-relatora da comissão, deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP), Adauto agiu ilegalmente e cometeu crime de corrupção passiva ao receber "recursos não contabilizados" de Delúbio na condição de ministro dos Transportes. Segundo Zulaiê, o ex-ministro deverá ser processado pelo Ministério Público devido às confissões feitas à comissão e poderá ser cassado (da prefeitura de Uberaba). "Adauto pode inclusive ser preso", acredita a deputada.

"Do ponto de vista ético e moral estou tranqüilo", afirma Adauto



Adauto reconheceu ter recebido R\$ 410 mil de Delúbio Soares, mas disse desconhecer o "mensalão"

PT gaúcho recebeu R\$ 1 milhão de Valério

O ex-secretário de Finanças do PT do Rio Grande do Sul, Marcelino Pies, confessou à CPI do Mensalão que recebeu R\$ 1.050.000 da agência de publicidade SMP&B, do empresário Marcos Valério. O valor é menor que o quinhão de R\$ 1,2 milhão atribuído a Pies por Valério e confirmado por Delúbio Soares, ex-tesoureiro do partido.

Pies disse que o dinheiro foi repassado em cinco parcelas, de junho a outubro de 2003, sendo a primeira no valor de R\$ 200 mil. Desse total, admitiu ter recebido R\$ 150 mil (dois cheques de R\$

75 mil) na agência de publicidade, em Belo Horizonte, e os R\$ 50 mil restantes, segundo afirmou, em dinheiro vivo.

O relator da CPI, deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), fez várias perguntas sobre o valor restante – R\$ 850 mil. Pies disse ter recebido o dinheiro aos poucos, à medida que solicitava a Delúbio, e que os recursos serviram para participação do partido no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, para uma campanha maciça de filiação e para o fortalecimento do partido no interior do estado. "Como não

tenho os valores exatos, não é possível informar com precisão", observou Pies.

Diante das declarações de Pies, Abi-Ackel disse que há clara contradição entre o petista gaúcho e Delúbio, que alegou, em depoimento à CPI, que os recursos se destinavam à campanha eleitoral de 2004.

O deputado José Rocha (PFL-MG), ao inquirir o depoente, disse que a CPI está diante de um "caixa três", formado com as "sobras" de recursos sacados. Rocha sugeriu que a comissão investigue também esse caixa.

Ronivon e Chicão negam venda de voto

O deputado federal Ronivon Santiago (PP-AC) negou à CPI do Mensalão ter recebido dinheiro para votar, em 1997, a favor da emenda que permitiu a reeleição de Fernando Henrique Cardoso. O parlamentar afirmou que a fita que comprovaria a denúncia, divulgada na época pelo jornal *Folha de S. Paulo* [veja reportagem ao lado], continha mesmo sua voz. Mas atribuiu o fato a uma montagem que teria sido feita por "inimigos".

Ronivon ressaltou que seus sigilos fiscal e bancário foram quebrados em 2000 e os ofereceu novamente à CPI. Ele disse que renunciou ao mandato de deputado à época porque tinha sido vítima de um "fato polí-

tico" e seria cassado por esse motivo.

O deputado afirmou desconhecer que o dinheiro para o pagamento de seu advogado, Paulo Goyaz, pelo PP, tivesse sido fornecido pelo valerioduto, como declarou à comissão de inquérito o presidente do PP, deputado Pedro Corrêa (PE).

Brígido também nega ter recebido dinheiro

O ex-deputado Chicão Brígido (PMDB-AC), no segundo depoimento do dia, também negou as denúncias de que, para votar a favor da reeleição de FHC, teria recebido dinheiro. Ele foi enredado no caso porque Ronivon Santiago e João Maia, que

à época também era deputado pelo Acre, citavam-no na fita divulgada pela *Folha* como um dos beneficiados. Brígido foi absolvido dessa acusação em 1998 pela Câmara.

O presidente da comissão, senador Amir Lando (PMDB-RO), e o deputado Júlio Redecker (PSDB-RS) criticaram a convocação de Brígido. Para Lando, Brígido foi submetido "mais uma vez à execração pública". Redecker viu uma manobra dos governistas para desviar a atenção do foco CPI, que deveria ser a compra de votos pelo PT. Em resposta, a deputada federal Perpétua Almeida (PCdoB-AC) declarou que "o PSDB não agüenta ser investigado".

Fita gravada deflagrou escândalo sobre possível fraude na reeleição

A *Folha de S. Paulo* publicou, em maio de 1997, a transcrição de conversas nas quais os deputados federais Ronivon Santiago (PP) e João Maia (PFL), ambos do Acre, diziam ter recebido R\$ 200 mil cada um para votar a favor da emenda que permitiria a reeleição do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Nas gravações, eles afirmavam que os deputados Chicão Brígido, Osmir Lima e Zila Bezerra, todos do Acre, também haviam recebido dinheiro para aprovar a reeleição. Ronivon e Maia citavam os governadores Amazonino Mendes (PFL-AM) e Orleir Cameli (PFL-AC) e o então ministro das Comunicações, Sérgio Motta (morto em 1998), como participantes do esquema.

CCJ da Câmara pode ratificar cassação

Ronivon e Maia renunciaram aos seus mandatos e se recusaram a prestar depoimento na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados. Os demais envolvidos negaram qualquer participação na negociação de votos. Brígido, Lima e Zila foram absolvidos

pela Câmara. Dos deputados envolvidos nas denúncias, apenas Ronivon, reeleito em 2002, exerce mandato de deputado federal na atual legislatura.

Mas Ronivon, novamente acusado de crime eleitoral e compra de votos, dessa vez na eleição de outubro de 2002, teve seu atual mandato cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Acre. Apesar de a decisão ainda não ter recebido sentença final na Justiça, a comissão poderá votar a perda do mandato do deputado. Em seu parecer, o relator, deputado Jutahy Júnior (PSDB-BA), afirmou que, apesar de não haver sentença final no caso, a Câmara deve cumprir o que determinou a Justiça Eleitoral do Acre.

A decisão da comissão sobre o tema estava prevista para a última quarta-feira. Mas o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), que presidia a reunião, decidiu adiar a deliberação para esta quarta-feira devido à falta de quórum. Se a comissão decidir pela cassação de Ronivon, assume seu suplente: Chicão Brígido, ironicamente, outro envolvido no escândalo.



Chicão Brígido, inocentado nas investigações de 1998, também era citado nas gravações



Ronivon, cujo mandato pode ser cassado pela Câmara, disse que foi vítima de trama política

CRISE POLÍTICA Roseana Garcia diz à CPI que máfia dos bingos pode ter tramado a morte de prefeito de Campinas

Toninho do PT "contrariou casas de bingo"



Ao se confrontar com o interesse de alguns setores da cidade paulista de Campinas, como as casas de bingos, o ex-prefeito Antonio da Costa Santos, o Toninho do PT, aguçou a ira das pessoas que encomendaram a sua morte. "Gente graúda", segundo afirmou a viúva Roseana Garcia em depoimento bastante emocionado prestado à CPI dos Bingos.

De acordo com a viúva, reivindicações barradas por seu marido quando prefeito foram prontamente satisfeitas pela vice-prefeita Izalene Tiene, logo após assumir o cargo.

Nos rápidos oito meses como prefeito, Toninho não autorizou a abertura de algumas casas de bingos na cidade, amparado em lei municipal que proíbe estabelecimentos dessa natureza em distâncias inferiores a 500 metros.

A decisão contrariou solicitação feita pelo Bingo Taquaral, onde uma testemunha, o garçom Jack, teria ouvido pessoas tratando da morte do prefeito. A CPI já aprovou requerimento de convocação do garçom, que não teve todo o nome divulgado. A comissão também investiga denúncias sobre a existência de empresários angolanos de bingos, estabelecidos em São Paulo, que teriam feito doações para campanhas do PT.

Em outro embate, o então prefeito conseguiu reduzir em 30% o valor de contrato com empresa de lixo, algo em torno de R\$ 40 milhões, assinado pelo governo anterior, de Chico Amaral.

O prefeito tentou ainda deslocar moradores da cabeceira do Aeroporto de Viracopos, que seria ampliado, para outra região, contrariando o interesse de algumas pessoas do local ligadas ao narcotráfico. Segundo Roseana, por ser arquiteto, Toninho também conseguiu impossibilitar a especulação do mercado imobiliário na cidade.

"Tese do crime comum foi derrubada"

Roseana sustentou, mais uma vez, que o assassinato de Toninho do PT foi um crime político e

não comum, como apontado pelo Ministério Público e pela Polícia Civil. A viúva lembrou que algum tempo depois da morte de Toninho um grupo de quatro jovens, inicialmente apontados pela polícia como envolvidos no crime, foram assassinados em Caraguatatuba por policiais de Campinas.

A tese de latrocínio, defendida pela Polícia Civil, foi posteriormente derrubada. Por último, a polícia concluiu que Toninho foi morto por ter atrapalhado a fuga da quadrilha do seqüestrador Andinho próximo à saída de um shopping.

Cobrando a entrada da Polícia Federal no caso, Roseana recla-



Viúva de Toninho do PT, ao lado do senador Efraim Morais: sucessão de interesses contrariados

Viúva cobrou do presidente Lula a promessa de investigação feita em 2002

mou da atitude do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em comício durante a campanha de 2002, disse ela, o presidente lhe assegurou que o caso seria investigado.

Aloizio Mercadante (PT-SP) informou que, a pedido do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, a Polícia Federal irá investigar a chacina dos quatro jovens, que está relacionada com a morte de Toninho. Os senadores assinaram ofício ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, apoiando a decisão de investigação da PF de "todos os fatos relacionados ao assassinato do prefeito de Campinas", ocorrido em 10 de setembro de 2001.

Roseana confirmou que o Ministério Público estuda a possibilidade, por meio de ligações apuradas, de que o mando da morte de Celso Daniel tenha partido de Campinas. Segundo ela, assim como Toninho, o prefeito de Santo André também foi vítima de crime político.

Murad afirma que tese de legista sobre tortura não é verdadeira

Por ter acompanhado a necropsia do corpo do ex-prefeito de Santo André Celso Daniel, morto em janeiro de 2002, o deputado federal Jamil Murad (PCdoB-SP) prestou depoimento à CPI dos Bingos na última quarta-feira. Ele afirmou que não aceita as declarações do médico-legista Carlos Delmonte Printes, morto no mês passado, de que o prefeito

teria sido torturado e, portanto, vítima de um crime político.

Nefrologista, Murad informou que as lesões no corpo do prefeito não são características de tortura, palavra que para ele significa sofrer pressões psicológicas ou físicas para contar algo. Murad disse que esteve com os irmãos de Celso Daniel dias depois do crime e lhes relatou o que tinha visto.

– O laudo do médico-legista Delmonte declara que ele foi torturado ou barbaramente torturado, mas não vi lesões que justificassem essa declaração. Uma pessoa que prevê a sua morte não fica com uma face de terror, como apontado no laudo? – questionou o deputado.

O senador Tião Viana (PT-AC) reclamou do baixo quórum durante o depoimento do deputado. Ele ponderou que quando o depoente é convocado por governistas, com posições contrárias à tese do crime político, a CPI – que tem maioria oposicionista – se esvazia. "Não há interesse", reclamou.

Para o vice-presidente do Senado, é preciso organizar um grupo de peritos de notório saber para que a CPI e a família não tenham mais dúvidas sobre o fato de o prefeito ter sido ou não torturado.



Deputado Murad, que também é médico, contou não ter visto marcas de tortura no corpo de Celso Daniel

Ex-namorada de Celso Daniel descarta complô

Ivone Santana, ex-companheira do prefeito assassinado de Santo André Celso Daniel disse não acreditar que Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, e Klinger de Oliveira Souza, então secretário de Obras do município, tenham envolvimento no crime, "por serem homens de confiança" do prefeito. Ela conviveu com Celso Daniel durante 25 anos, foi sua namorada dos 14 aos 19 anos e, mais tarde, entre 1997 a 2001.

A pedagoga garantiu que Celso não organizava um dossiê sobre Sérgio, Klinger e o empresário Ronan Maria Pinto, como apontou seu irmão, João Francisco Daniel. "O Celso ia fazer um dossiê para quem? Ele era o prefeito", disse. Os três serão ouvidos pela CPI nesta quinta-feira.

Mesmo tendo sido indiciado pela morte de Celso Daniel, Sérgio só deve ser acusado se realmente houver provas de sua participação no assassinato, assinalou Ivone. Também afirmou que acredita na tese da Polícia Civil de crime comum.

Ivone negou a existência de esquema de arrecadação de recursos pela prefeitura para campanhas políticas. Se hou-

vesse qualquer irregularidade, avaliou, Gilberto Carvalho, então chefe de gabinete de Celso Daniel, não teria por que contá-la aos irmãos João Francisco e Bruno Daniel.

Os três participaram de reação na CPI dos Bingos, em quase total contradição. Os irmãos asseguram que Carvalho lhes contou sobre o esquema de arrecadação, o que foi negado pelo atual chefe de gabinete do presidente da República.

A depoente desmentiu que Carvalho, qualquer outra pessoa do governo ou o PT tenham lhe ajudado ou orientado sobre como agir em depoimentos ou diante da sociedade. Os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Eduardo Suplicy (PT-SP) ouviram há duas semanas em Santo André três testemunhas do seqüestro do prefeito. Algumas apontam a participação de Sombra no crime.

Ela declarou ainda que não entendia o porquê do depoimento da faxineira que afirmou ter visto sacolas de dinheiro no apartamento de Celso Daniel. Ivone também disse não ser verdade que o ex-prefeito tivesse um laptop, que teria desaparecido após sua morte.



Ivone Santana disse não acreditar que auxiliares do ex-prefeito, como Sérgio Sombra, tenham relação com o crime

CRISE POLÍTICA Ex-assessor do ministro Palocci é acusado de falso testemunho ao negar transporte de dólares para o PT

Habeas corpus evita que Poletto saia preso da CPI dos Bingos



Não fosse *habeas corpus*, o consultor de empresas Vladimir Poletto teria saído algemado da CPI dos Bingos após depoimento na última quinta-feira. Por falso testemunho, os senadores aprovaram durante a audiência requerimentos à Polícia Federal e ao Ministério Público pedindo o indiciamento e a prisão preventiva do consultor, que foi assessor do ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

As afirmações de Poletto foram contraditadas com áudio de entrevista que ele deu à revista *Veja* e que pôde ser ouvida pela comissão. A tese de “capacidade de discernimento bastante prejudicada por bebida” foi usada pelo consultor, quando informou que não se encontrava em condições de responder pelo que possa ter dito ao jornalista Policarpo Júnior com relação a ter transportado caixas de bebidas, com dólares provenientes de Cuba, de Brasília para Campinas (SP).

Poletto negou a reportagem, dizendo que estava em Brasília para resolver questões de aposentadoria. Conforme a revista, Ralf Barquete, então secretário da

prefeitura de Ribeirão Preto (SP), teria pedido a ele para pegar as caixas de bebidas e levá-las em um avião Sêneca que o esperava no aeroporto.

Segundo Poletto, o avião pousou em Viracopos, aeroporto de Campinas, mas teve de ir até Amarais, a menos de sete minutos do local em que estavam, onde havia combustível específico para a aeronave. Lá, Barquete esperava Poletto em um automóvel Ômega.

Poletto afirmou que partiram para São Paulo. Barquete teria sido deixado, com as caixas, em frente a uma churrasqueira. Ele foi então para o aeroporto de Congonhas para seguir viagem para Ribeirão Preto.

– Eu disse ao Policarpo que essa afirmação era mentirosa, inverídica, que eu jamais participei de qualquer coisa parecida – assegurou Poletto.

Mas, durante o depoimento, os senadores ouviram trecho da entrevista concedida ao jornalista, na qual Poletto confirmava o transporte de US\$ 1,4 milhão. Ele frisou que se sentiu usado e que só ficou sabendo que carregava dinheiro e não bebida após a

operação.

Poletto também teria contado ao jornalista que o dinheiro foi posteriormente entregue ao tesoureiro nacional do PT Delúbio Soares. De acordo com a reportagem, as caixas foram pegadas em um apartamento na Asa Sul, em Brasília, com o cubano Sérgio Cervantes.

Os senadores puseram a versão de Poletto sob total suspeição.

– Não dá para acreditar que ele iria transportar caixas de uísques comuns, fáceis de se encontrar em São Paulo – disse José Jorge (PFL-PE).

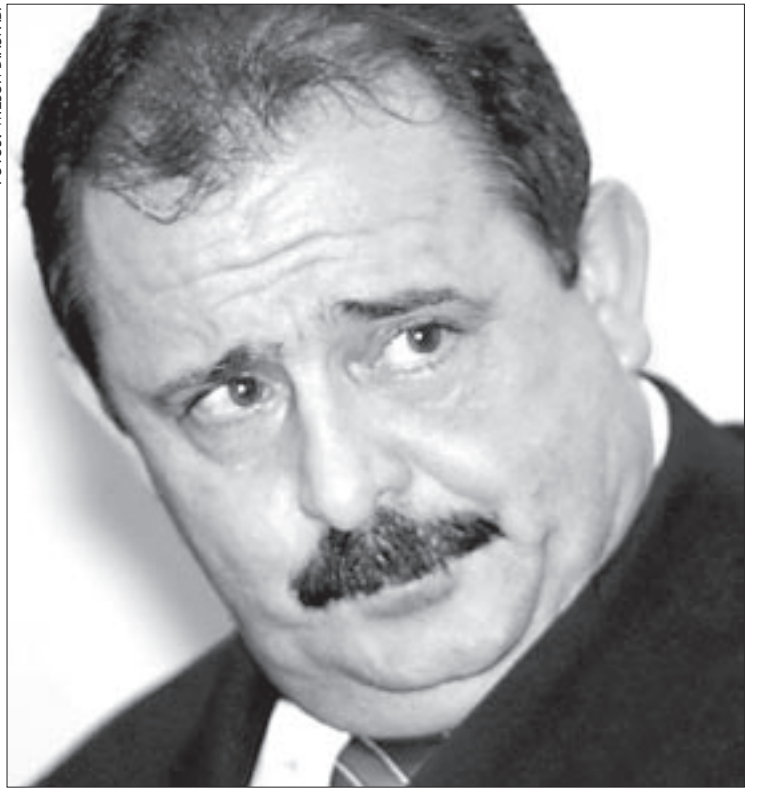
Heráclito Fortes (PFL-PI) chamou Poletto de “laranja” e salientou que a conclusão é de que não havia bebidas

nas caixas, mas dólares.

O relator da CPI dos Bingos, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), disse que os senadores esperavam “um mínimo de coerência”, o que não houve no depoimento.

Poletto é investigado pelo aluguel de casa em Brasília onde recebia empresários e políticos. Investigações apuram tráfico de influência no local. Segundo o consultor, a idéia era oferecer um ambiente de negócios para empresários sem escritório em Brasília.

FOTOS: WILSON DIAS/ABR



Poletto afirma que estava com a “capacidade de discernimento bastante prejudicada” quando concedeu entrevista à *Veja*

Palocci comparecerá ao Senado para se explicar

Diante do envolvimento de ex-assessores e ex-secretários de Antonio Palocci em uma série de denúncias apuradas pela CPI dos Bingos, Polícia Federal e Ministério Público, entre elas tráfico de influência e arrecadação ilegal para campanhas eleitorais, o ministro da Fazenda aceitou comparecer ao Senado. No próximo dia 22, ele será ouvido pela Comissão de Assuntos Econômicos, mas em sessão a ser realizada no Plenário.

Além de tratar de assuntos econômicos, Palocci deverá responder a perguntas sobre denúncias de corrupção relativas ao período em que foi prefeito de Ribeirão Preto. A audiência foi acertada inclusive com os líderes do PFL e do PSDB.

Já foram ouvidos na CPI assessores de Palocci como o advogado Rogério Buratti, indiciado em Ribeirão Preto; Vladimir Poletto; seu ex-chefe de gabinete Juscelino Dourado, que pediu demissão um dia após depor, e seu ex-secretário de governo Donizete Rosa, atual diretor do Serpro.

Buratti disse que, quando prefeito de Ribeirão Preto, Palocci recebia propina de R\$ 50 mil mensais da empresa Leão & Leão, responsável pela cole-

ta de lixo na cidade, dinheiro que era enviado ao PT para as campanhas eleitorais. Palocci nega tudo.

– O ministro Palocci se colocou à disposição para atender às CPIs e às demais comissões, para não deixar qualquer dúvida a esclarecer – assegurou Tião Viana (PT-AC).

Para o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), é triste ver que “o ministro Palocci está hoje cercado de toda essa suspeição, com relações comprometedoras”. O senador César Borges (PFL-BA) também criticou o ministro e Antero Paes da Barros (PSDB-MT) definiu sua presença no Senado como “urgente e inadiável”.

Agora será a vez de a CPI ouvir seu assessor especial, Ademirson Ariovaldo da Silva, que, conforme quebra de sigilo telefônico, fez mais de 1.400 ligações nos últimos três anos para Vladimir Poletto.

Foi aprovado ainda requerimento para a convocação do irmão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Genivaldo Inácio da Silva, o Vavá. Nesta quarta-feira, a CPI deve ouvir o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, e o funcionário da GTech Afrânio Nabuco.

Buratti: ministro sabia de doação para campanha de Lula

Mesmo tentando deixar o ministro da Fazenda de fora das irregularidades que envolvem personagens da chamada “República de Ribeirão Preto”, o advogado Rogério Buratti complicou ainda mais a situação de Antonio Palocci ao afirmar que ele sabia da doação de R\$ 1 milhão feita pelas casas de bingos de São Paulo à campanha eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002.

O dinheiro, não declarado na Justiça Eleitoral segundo o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), também pode ter sido de conhecimento do então presidente nacional do PT, José Dirceu, e até mesmo do candidato Lula, salientou o advogado, que depôs pela quarta vez na CPI dos Bingos.

– O Palocci sabia dessa doação. O Dirceu e o Lula não posso afirmar, mas diante do montante é possível [que soubessem] – declarou Buratti.

O Ministério Público investiga se essa doação teria sido feita por empresários angolanos que atuam em São Paulo. Buratti garantiu nada saber sobre esses angolanos.

O advogado esteve em Angola, mas, segundo ele, para tratar de interesses do grupo Leão & Leão, de que era vice-presidente. Executivos da empresa já foram indiciados por crimes em Ribeirão Preto.

Operação Havana, declarações à *Veja*

Buratti também confirmou que foi questionado por Ralf Barquete, ex-secretário da prefeitura de Ribeirão Preto, sobre como era possível trazer recursos, da ordem de US\$ 3 milhões, de Cuba para o Brasil.

Ele teria falado a Barquete sobre o trânsito legal, pelo Banco Central, e pelo paralelo, por meio de



Buratti deixou Palocci fora de acusações, mas complicou a situação do ministro

doleiros. Mas, conforme o depoente, Barquete nunca disse que o montante seria proveniente do governo cubano, abrindo a possibilidade de o dinheiro ter sido uma doação privada. Contudo, o ex-secretário confidenciou-lhe meses depois que a operação fora feita.

Buratti e o consultor Vladimir Poletto são amigos desde 1997, quando este passou a prestar serviços à Assessorarte, de propriedade do advogado. De acordo com Buratti, Poletto lhe contou sobre a viagem e as caixas, mas nada relatou sobre o dinheiro.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) informou que estão sendo investigados vários vôos do Brasil para Cuba. Já Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que o presidente Lula afirmou em entrevista que a doação seria algo impossível, dado “o miserê” em que vive Cuba.

Silvio Pereira não aparece e irrita parlamentares

Depois de faltar a uma primeira convocação, o ex-secretário nacional do PT Silvio Pereira irritou membros da CPI dos Bingos ao impetrar pedido de *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal (STF) para não comparecer na última quarta-feira à comissão.

Sem esperar a decisão do ministro do STF Marco Aurélio Mello, o depoente simplesmente não apareceu. Na petição, o advogado Arnaldo Malheiros argumenta que não houve tempo suficiente para a intimação de

Pereira. O advogado alegou ainda que, por não ter comparecido a primeira convocação, Pereira seria conduzido à força.

O presidente da comissão, senador Efraim Morais (PFL-PB), negou que houvesse qualquer ordem de ação coercitiva.

– No dia anterior ao depoimento, seu advogado confirmou que ele viria, mas fomos surpreendidos com o pedido de *habeas corpus* – disse Efraim.

Pereira será chamado de novo e, caso não apareça, poderá ser escoltado pela Polícia Federal.

CRISE POLÍTICA Representação ao TSE pede auditoria na prestação de contas dos tucanos no pleito de 2002

PT denuncia PSDB à Justiça Eleitoral



O PT apresentou denúncia ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra o PSDB por irregularidades na prestação de contas de 2002. O PT pede que seja feita auditoria para assegurar a veracidade da movimentação financeira e patrimonial apresentada na prestação de contas do PSDB e, em caso de irregularidade, que as contas sejam desaprovadas e o partido punido com a suspensão das cotas do Fundo Partidário.

O PT sustenta que o PSDB utilizou recursos na campanha eleitoral de 2002 sem declaração de origem e destinação na respectiva prestação de contas. Entre as irregularidades apontadas estão

notas fiscais pendentes de pagamentos emitidas pelas empresas Intertrade e Computer Graphics.

Virgílio nega acordo para abafar escândalos

Da tribuna, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) rechaçou reportagem do jornal *Folha de São Paulo*, sobre um suposto acordo entre o PSDB e o PT para “abafar depoimentos incômodos”, classificando a informação de inverdade e negando qualquer possibilidade de “acordão”.

A matéria da *Folha* menciona uma suposta troca de cancelamentos de depoimentos, de interesse dos dois partidos. Do lado petista, o depoimento efetivamente cancelado foi de Soraya Garcia, ex-assessora financeira do PT em Londrina. Segundo matéria do jornal, ela saberia da

entrega de R\$ 300 mil a Augusto Dias Júnior, diretor-financeiro da campanha à reeleição do prefeito Nedson Micheleti, pelo ex-ministro José Dirceu, em 2004. Do lado do PSDB, o depoimento cancelado seria o do doleiro Nilton Antônio Monteiro, que teria documentos comprobatórios da existência de contabilidade paralela na campanha de Eduardo Azeredo ao governo de Minas Gerais, em 1998.

Virgílio disse ter sido informado pelo presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), que Soraya Garcia irá depor. Em aparte, Delcídio considerou importante esclarecer os fatos. Conforme o presidente da CPI, Soraya ainda não compareceu à CPI porque a comissão dependia de documento a ser entregue pelo empresário Marcos Valério.

Conselho de Ética convoca Delúbio para depor

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar aprovou a convocação de testemunhas nos processos contra diversos deputados. Requerimento do deputado Jairo Carneiro (PFL-BA), relator do processo contra o deputado João Magno (PT-MG), pede a convocação de cinco testemunhas,

entre elas o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e o empresário Marcos Valério.

Já o deputado Pedro Canedo (PSDB-GO), relator do processo contra o deputado Professor Luizinho (PT-SP), pediu a convocação de outras cinco testemunhas.

O presidente do conselho, deputado Ricardo Izar (PTB-SP), sugeriu aos deputados que aproveitem a presença dos depoentes nos diversos processos para não repetir convocações, levando assim a uma “economia processual”.

Foi o que fez o deputado Orlando Fantazzini (PSOL-SP). Ele propôs que o deputado Pedro Corrêa (PP-PE), que vai depor na quarta-feira como réu, seja também ouvido como testemunha na representação contra o deputado Pedro Henry (PP-MT). O conselho ouve ainda o depoimento do deputado João Paulo Cunha (PT-SP), na quinta-feira.

Congresso pode funcionar em janeiro

Ricardo Izar vai sugerir ao presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, que um dos itens da pauta da autoconvocação do Congresso Nacional a partir da segunda semana de janeiro seja o funcionamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.



Empresário Marcos Valério será testemunha no processo que pode resultar na cassação do deputado João Magno

Karina diz que Valério destruiu documentos

Fernanda Karina Somaggio, ex-secretária do empresário Marcos Valério, revelou ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que, em 2003, o publicitário chegou um dia ao escritório da SMP&B afirmando que tinha recebido um telefonema do deputado José Mentor (PT-SP) e que ela deveria pegar algumas pastas e triturar os documentos que se encontrassem nelas. Karina declarou que Valério não a deixou fazer uma triagem e, por isso, não sabe dizer o que era a documentação.

A ex-secretária disse acreditar que fossem notas fiscais e afirmou ter conseguido ver até mesmo certidões de nascimento dos filhos de Valério entre os documentos, ressaltando que o empresário estava “afobado” para se desfa-

zer dos papéis. A ex-secretária afirmou ainda que o advogado Rogério Tolentino estava junto com Valério na ocasião.

Sobre a contratação do escritório de advocacia de Mentor para prestar consultoria à SMP&B, Karina disse que não vê um motivo para a agência ter contratado esse serviço em São Paulo, porque não tinha filial no estado.

Segundo relatório preliminar das CPIs dos Correios e do Mensalão, Mentor recebeu, por intermédio de seu escritório de advocacia, R\$ 120 mil da 2S Participações, empresa de Valério. O deputado sustenta que o pagamento foi feito pelo escritório Tolentino, Melo e Associados por conta da elaboração de pareceres jurídicos por seu escritório de advocacia.

Karina mencionou ainda que Tolentino era muito próximo a Valério e o assessorava em tudo: viagens, encontros com parlamentares e outros assuntos.

Antônio Mariz, advogado de Mentor, questionou se esse julgamento da Karina sobre a contratação do escritório não era só uma percepção dela. Karina respondeu que realmente é só uma opinião e que Valério nunca comentou nada sobre o assunto com ela, até porque não trabalhava mais na SMP&B na época da contratação.

Em relação à destruição dos documentos, o advogado observou que Karina, nos primeiros depoimentos, não citou Mentor, e que essa informação só surgiu depois na imprensa. Ela informou que em 2003 ligou uma vez para o escritório de Mentor em São Paulo, a pedido de Valério, mas disse que não conseguiu falar com o deputado e deixou recado.



Mabel celebra resultado no Plenário da Câmara: arquivamento recebeu 340 votos a favor e 108 contra

Plenário arquiva processo contra Sandro Mabel

Por 340 votos a 108, o Plenário da Câmara decidiu arquivar a representação em que o PTB pedia a perda do mandato do deputado Sandro Mabel (PL-GO). Houve 17 abstenções e 2 votos nulos.

O PTB havia acusado Mabel de fazer uma proposta em dinheiro à deputada professora Raquel Teixeira (PSDB-GO) para que ela entrasse no PL, um dos partidos da base go-

vernista. Antes, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar decidira, por 14 votos a zero, recomendar o arquivamento do caso, por falta de provas.

Logo depois do resultado, Mabel disse que voltará a andar de cabeça erguida nas ruas, pois, após 153 dias de angústia, recuperou seu patrimônio moral. Ele agradeceu o apoio dos deputados, dos amigos e da família.

Cassação de Romeu Queiroz passa no conselho: 12 a 2

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara aprovou, por 12 votos a 2, o pedido de cassação do mandato do deputado Romeu Queiroz (PTB-MG), acusado de desrespeitar a legislação eleitoral ao intermediar recursos de caixa dois do PT para o PTB sem registrá-los.

Em sua defesa, Queiroz disse que não cabia a ele, mas sim ao primeiro-secretário do PTB mi-

neiro, dar recibo ou fazer a contabilização dos recursos. Afirmou ainda que os recursos não foram utilizados em benefício próprio, mas nas campanhas do PTB em Minas Gerais, a pedido do ex-deputado Roberto Jefferson e do ex-ministro dos Transportes Anderson Adatao. O deputado acredita que poderá reverter a decisão do conselho na votação de seu processo no Plenário.

Dirceu recorre à CCJ e novamente ao STF para tentar impedir perda do mandato

Os advogados do deputado José Dirceu (PT-SP) entregaram à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) recurso contra a tramitação do processo no Conselho de Ética. Eles argumentam que o princípio do contraditório, base da garantia de ampla defesa, foi

prejudicado com a inversão dos depoimentos das testemunhas de defesa, ouvidas antes das acusações. Dirceu também vai entrar com recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) contra decisão do conselho, que aprovou por 13 votos a 1 relatório recomendando a sua cassação.

Mesa arquiva processos contra quatro deputados

A Mesa da Câmara arquivou os pedidos para cassação dos deputados Rodrigo Maia (PFL-RJ) e Paulo Pimenta (PT-RS), ao aprovar parecer do corregedor Ciro Nogueira (PP-PI), para quem os dois não praticaram atos que possam ser caracterizados como quebra do decoro parlamentar. Na mesma reunião, a Mesa aprovou o arquivamento de processos contra os deputados Dr. Rosinha (PT-PR) e Ronaldo Caiado (PFL-GO).

Luizinho nega vínculo com o saque de R\$ 20 mil

Em depoimento ao Conselho de Ética, o deputado Professor Luizinho (PT-SP) negou qualquer vínculo com o saque de R\$ 20 mil realizado pelo seu assessor José Nilson dos Santos em uma agência do Banco Rural em São Paulo. Segundo o deputado, o ex-funcionário tinha autonomia partidária porque trabalhava na articulação política do PT. Ele disse que continua amigo de Delúbio Soares e admitiu ter mantido vários contatos com Marcos Valério.

CRISE POLÍTICA Arthur Virgílio encabeça pedido de criação de CPI para investigar recursos usados no pleito de 2002

Para Renan, Palocci deve explicações ao Congresso

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, deve explicar ao Legislativo, o mais rapidamente possível, as denúncias que atingem pessoas que trabalharam como seus auxiliares. Renan disse que o ministro deve responder à sociedade.

– Eu já comuniquei à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que o Plenário está à disposição para ouvir uma exposição do ministro. Pedro Malan [ministro da Fazenda do governo passado] e outros já vieram aqui. O próprio Alencar [José Alencar, vice-presidente da República] já veio. E Pa-

loci precisa vir. Ele precisa dar respostas à sociedade e ao Congresso Nacional. Não pode haver dúvidas sobre o ministro da Fazenda. Ele precisa esclarecer – afirmou.

Na mesma entrevista, o presidente do Senado disse que, dada a exigüidade de tempo, dificilmente será aprovada no Senado a Medida Provisória 258, que reúne num mesmo organismo a arrecadação de tributos e contribuições previdenciárias da União. Ele destacou que convocou sessões ordinárias para quarta, quinta e sexta-feira desta semana (terça é feriado) para que a MP possa ser votada.

Oposição: entrevista de Lula foi desastrosa



A oposição ocupou a tribuna do Senado, na semana passada, para criticar a entrevista do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao programa *Roda Viva*, na segunda-feira.

O senador José Jorge (PFL-PE) apontou “a arrogância, a insensibilidade e a desinformação” demonstradas pelo entrevistado ao ser questionado sobre os rumos de seu governo e a atual crise política.

– Lula já está em plena campanha, embora diga que não sabe se será candidato à reeleição, o que demonstra mais uma posição ambígua – advertiu.

Alvaro Dias (PSDB-PR) reconheceu que o presidente “avançou um pouco” em sua postura, ao assumir sua responsabilidade na atual crise, mas disse não concordar com a opinião de Lula de que não há provas.

– Quantos já confessaram?

Desde Marcos Valério, Delúbio Soares, Duda Mendonça e outros. Já há até renúncia de parlamentares, mas o presidente prefere dizer que não existem provas – afirmou.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), observou que Lula “rebaixou a majestade do cargo de presidente ao bater boca com os jornalistas”.

– Lula foi desmentido, foi ao chão, foi banal, pequeno, vazio. Foi esse o Lula que eu vi e ouvi – disse.

Mão Santa (PMDB-PI) lembrou que Lula “governa para os ricos, e não para os pobres”, ao registrar manchetes de economia informando que o Bradesco teve, em nove meses, o maior lucro de sua história (R\$ 4,05 bilhões).

Para Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), o país assistiu envergonhado à entrevista.



José Jorge viu “arrogância, desinformação e insensibilidade” na entrevista de Lula

– Os jornalistas se portaram com educação, mas com firmeza, e foram excepcionais em mostrar que o país está sem governo – comentou.

O líder do PFL, José Agripino (RN), avaliou que, embora Lula desse a impressão de saber tudo sobre vários assuntos, “quando se tratava das denúncias de corrupção, não sabia de nada”.

Agripino chama adiantamento à DNA de “ovo da serpente” do PT

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), classificou como “ovo da serpente” a identificação de um adiantamento de R\$ 35 milhões pelo Banco do Brasil à agência DNA Propaganda, dos quais R\$ 10 milhões teriam sido desviados para financiar campanhas do PT. O fato foi divulgado pelo relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), cujas “sobriedade e firmeza” foram destacadas por Agripino.

– Eu chamo isso de uso da máquina pública para financiar um partido político – afirmou.

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), considerou grave o fato de o presidente da República “apressar-se a dizer” que não passa de denunciismo a revelação de Serraglio. Alvaro Dias (PSDB-PR) também defendeu o relator. Para o senador, tentar desqualificar Serraglio “é cometer uma injustiça”.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) negou discussão entre ele e a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) durante reunião da CPI do Mensalão por causa de informação publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.

Heráclito denuncia transferência de R\$ 5,8 bi da Previ para os cofres do BB

Heráclito Fortes (PFL-PI) denunciou transferência “ilegal e ardilosa” de R\$ 5,8 bilhões do fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil (Previ) para o próprio BB. Ele informou que já existe decisão judicial contra a transferência.

O senador sustentou que a

operação “foi tramada pela militância do PT” que comanda a Previ e que, para viabilizar a transferência, decidiu-se fazer um plebiscito junto aos funcionários do BB. Ele pediu a suspensão do plebiscito e solicitou ao Senado e ao Tribunal de Contas da União que investiguem o caso.

Sibá pede aprovação de PEC com minirreforma eleitoral

O senador Sibá Machado (PT-AC) pediu às lideranças partidárias no Congresso que aprovem a PEC do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que prorroga até 15 de dezembro o prazo para alteração na legislação eleitoral



Sibá Machado

para o próximo pleito. O limite estabelecido pela legislação em vigor se esgotou no último dia 30 de outubro.

Cumprida essa etapa, explicou, a Câmara dos Deputados poderá votar a proposta de emenda constitucional do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), considerada uma minirreforma política e já aprovada no Senado.

Sibá protestou ainda contra a tentativa de retorno do ex-presidente Alberto Fujimori ao Peru.

Relator entrega parecer no dia 22

O deputado Marcelo Barbieri (PMDB-SP) pretende apresentar no dia 22 o relatório definitivo da PEC 446/05, que adia para 31 de dezembro o prazo para mudanças no processo eleitoral de 2006. Barbieri deve apresentar substitutivo, no qual vai agrupar os temas

para que sejam votados em separado no Plenário. Com isso, quer evitar que a eliminação de determinados pontos comprometa a harmonia da PEC. A comissão proporá ao presidente da Câmara, Aldo Rebelo, que o substitutivo seja votado o mais rapidamente possível.

Mercadante enfatiza os pontos positivos

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), defendeu as afirmações de Lula na entrevista ao *Roda Viva*. Mercadante destacou o fato, citado pelo presidente no programa, de que o país vive, como em poucas vezes em sua história, um clima de liberdade, de apuração e investigações, man-

tendo a rotina nacional mesmo com várias CPIs. Lembrou que Lula cobrou da oposição a mesma coragem que tem tido nas acusações para inocentar os acusados injustamente.

Mercadante salientou a menção de Lula à experiência da Itália, que, embora dolorosa, teria aju-

dado a aprimorar a democracia, criando novos mecanismos de controle.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) considerou positiva e importante a declaração do presidente em que ele admitiu sentir-se responsável pelo que ocorre no governo.

Heloísa Helena diz que sua família vem sendo ameaçada

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) voltou a denunciar a existência de grampos em seus telefones e disse que membros de sua família vêm sofrendo ameaças. Ela frisou que não tem medo de ameaças, mas pediu que sua família não seja envolvida.

– Podem me monitorar, fiscalizar, seguir. Se querem resolver seus problemas ideológicos, sexuais e pessoais com grampo, não há problema. A única coisa que peço é que deixem minha família em paz – disse.

A senadora fez coro às pala-

vas do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), que na semana anterior provocou polêmica no Plenário ao ameaçar “dar uma surra” no presidente Lula se algo acontecesse a algum de seus filhos. O líder do PSDB atribuiu as ameaças sofridas pelos seus filhos a pessoas ligadas à Agência Brasileira de Inteligência (Abin), vinculada à Presidência.

Virgílio rebateu críticas da revista *Época* à sua frase, lamentando que a imprensa não tenha dado destaque às causas que o levaram a falar em surra.

Conselho de Ética avalia defesa de Mesquita Júnior

O senador Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC) apresentou sua defesa prévia relativa à denúncia apresentada contra ele no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado pela senadora Heloísa Helena (PSOL-AL). Na denúncia, Heloísa pede que Mesquita Júnior explique reportagem publicada no *Jornal do Brasil* segundo a qual ele recolhe parte do salário de servidores lotados em seu gabinete.

O jornal transcreveu três conversas telefônicas de funcionários pagos pelo Senado que

teriam repassado 40% do salário ao senador. O presidente do conselho, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), decidirá até esta sexta-feira se aceita as explicações de Mesquita Júnior e arquiva a denúncia, ou se dá prosseguimento ao processo.

Quando as denúncias vieram a público, Heloísa deixou claro que não aceita nos quadros do PSOL, do qual é presidente, ninguém envolvido em corrupção. Mesquita Júnior, até então no PSOL, anunciou sua desfiliação do partido no dia 26 de outubro.

ACM critica STF por dar habeas corpus a petista

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou, em Plenário, decisão do ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), que concedeu *habeas corpus* em favor do ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira. A medida, que impediu depoimento na quarta-feira de Sílvio Pereira à CPI dos Bingos, foi considerada uma “interferência indevida do STF em decisões do Congresso Nacional”.

Osmar Dias retorna ao Senado e faz críticas ao governo

Após 15 dias de licença médica, Osmar Dias (PDT-PR) voltou ao Senado e criticou a demora do Congresso em concluir as investigações e punir os envolvidos em atos de corrupção no setor público. Ele apontou ainda a incompetência do governo ao enfrentar a crise da febre aftosa, afirmando ainda que a vitória do “não” no referendo sobre o desarmamento foi um protesto contra a insegurança da população.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA Por falta de financiamento, país perde cientistas e tem poucos cursos de pós-graduação

Os gargalos da pesquisa universitária



O marco inicial da política universitária brasileira é a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934. Antes disso, o trabalho docente nas universidades era remunerado apenas pelas tarefas didáticas. Com a implantação da USP, houve a contratação de professores em regime de dedicação integral, no qual ensino e pesquisa foram incentivados conjuntamente.

Atualmente, quando a discussão sobre a reforma do ensino superior brasileiro ganha força, o debate alcança a estrutura e o financiamento da pesquisa universitária. Cerca de 90% da pesquisa realizada no país origina-se de instituições públicas – federais ou estaduais. Esse número reflete a distribuição dos cursos de pós-graduação: apenas 15,6% dos mestrados e 8,5% dos doutorados são ofertados por instituições privadas.

De acordo com os especialistas, o principal problema vivido pela pesquisa universitária brasileira é a falta de financiamento. De modo geral, as principais fontes de recursos para pesquisa no Brasil são o Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e as fundações estaduais de apoio à pesquisa, como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Mesmo o Brasil ocupando no campo da pesquisa uma posição de destaque em relação aos demais países da América Latina – é o primeiro em gastos *per capita* (US\$ 77 com base na Paridade do Poder de Compra – PPC) e em publicação de artigos (1,4% do total mundial) –, os investimentos são mínimos quando comparados à maioria dos países industrializados. Cingapura e Coreia do Sul, países de industrialização recente, por exemplo, têm gastos *per capita*

na casa dos US\$ 500 PPC.

Para o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), ex-ministro da Educação e ex-reitor da Universidade de Brasília, a solução para o financiamento da pesquisa viria de entendimento nacional. “Devemos definir um pacto entre todos os partidos, no sentido de que o dinheiro para ciência e tecnologia seja visto como condição necessária à soberania nacional, ao desenvolvimento do país e à justiça social”, afirma.

Poucos pesquisadores e equipamentos obsoletos

Os especialistas apontam duas conseqüências da escassez de recursos para a pesquisa: a perda de “cérebros” para o exterior, com o conseqüente desmonte de importantes grupos de pesquisa, e a não-aquisição de maquinários modernos. Muitas das universidades brasileiras estão sucateadas e os equipamentos estão obsoletos.

Um dado que reflete a falta de “cérebros” no país é o número de pesquisadores por milhão de habitantes, apenas 352, o que coloca o Brasil na 61ª colocação numa lista de 93 países classifica-

A falta de financiamento é o principal problema do setor

da América Latina e do Caribe, o Brasil é o 7º colocado, atrás da Argentina, Chile, Uruguai, Cuba, Costa Rica, e da pequena ilha de Santa Lúcia.

Cristovam aponta ainda como dificuldades a falta de relação entre as pesquisas e a realidade industrial e tecnológica do país, e a defasagem do parque científico quando comparado à velocidade do conhecimento nos dias de hoje. “A solução para esses problemas virá de uma grande reforma universitária que inclua o parque científico e tecnológico”, sustenta.

Para a maioria dos especialistas, o anteprojeto de reforma universitária apresentado pelo Ministério da Educação, em julho, está aquém das expectativas para a solução dos principais problemas apresentados.



Laboratório de Parasitologia Molecular da USP é referência na pesquisa do vetor da leishmaniose

Em debate, criação de fundo pelas faculdades particulares

Encontra-se em debate na Comissão de Educação (CE) o PLS 409/03, do senador Hélio Costa (PMDB-MG), atual ministro das Comunicações, que prevê a criação de uma fundação de pesquisa universitária mantida pelas instituições de ensino superior privadas.

Em recente audiência pública, a maioria dos participantes mostrou-se contrária à idéia de uma fundação, preferindo que a discussão se realizasse em torno de um fundo de pesquisa. “Uma das vantagens de se constituir um fundo, e não uma fundação, é a de que ele apoiará as atividades de pesquisa nas próprias universidades privadas”, acredita Luís Manuel Rebelo Fernandes, secretário-executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, que também acha que um fundo teria “uma estrutura enxuta”, comparativamente à de uma fundação.

Para Antônio Carbonari Netto, vice-presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), “o projeto é insuficiente para a pesquisa universitária brasileira, por não colocar como política pública recursos nos órgãos de fomento já existentes”. Na opinião do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), os custos não poderiam ser repassados para as mensalidades dos alunos matriculados nas instituições privadas. Ele adverte que “há uma falência financeira de várias famílias somente para pagar a mensalidade de seus filhos nas faculdades”.

Pós-graduação: cursos insuficientes e concentrados no Sul e no Sudeste

A formação de pesquisadores é um dos principais problemas do ensino superior no Brasil. Além de poucos, diante da real necessidade do país, os cursos de pós-graduação estão concentrados nas regiões Sudeste e Sul, que têm cerca de 76% dos mestrados e quase 85% dos doutorados ofertados.

A concentração é verificada também dentro das diversas regiões. No Norte, por exemplo, com apenas 2,6% dos cursos de

pós-graduação do país, 65 dos 69 programas estão nos estados do Amazonas e do Pará. O Distrito Federal sozinho possui aproximadamente 80% dos doutorados ofertados no Centro-Oeste.

Na região Sudeste, São Paulo concentra grande parte dos programas de pós-graduação: 56,5% dos mestrados e 62,2% dos doutorados (respectivamente, 32% e 43% dos cursos do país). O estado possui 58,8% das pós-graduações da região.

Artigos publicados aumentam, mas são poucas as patentes registradas

A quantidade de artigos publicados por pesquisadores brasileiros aumentou para cerca de 1,5% dos divulgados pelas principais revistas do mundo, mas é reduzido o número de patentes de inovações tecnológicas e industriais. Essa é a conclusão de trabalho realizado pela pesquisadora gaúcha Marli Ritter dos Santos.

Ela apresenta dois vícios primordiais do sistema: a dificuldade de pesquisadores para encontrar núcleos de propriedade intelectual para depósito de

patentes e a escassez da “cultura da propriedade intelectual” no meio acadêmico brasileiro. Outro entrave: a tradição de divulgar pesquisas em forma de artigos inviabiliza o registro de patentes.

Alguns núcleos de pesquisa oferecem cursos em que os pesquisadores aprendem a redigir pedidos de patentes. O Museu Emílio Goeldi, no Pará, por exemplo, tem o Curso de Introdução à Propriedade Intelectual, com cartilha disponível pela Internet (www.museu-goeldi.br/institucional/apostila_carla_npi.pdf).

BRASIL NÃO FIGURA BEM EM RANKING

Class.	País	Pesquisadores (por milhão de habitantes)
1º	FINLÂNDIA	7.431
2º	ISLÂNDIA	6.592
3º	SUÉCIA	5.171
4º	JAPÃO	5.085
5º	DINAMARCA	4.822
6º	ESTADOS UNIDOS	4.526
7º	NORUEGA	4.442
8º	CINGAPURA	4.352
9º	LUXEMBURGO	3.757
10º	SUIÇA	3.594
17º	COREIA DO SUL	2.979
48º	ARGENTINA	715
53º	CUBA	538
54º	COSTA RICA	533
56º	SANTA LÚCIA	481
57º	CHILE	419
60º	URUGUAI	370
61º	BRASIL	352
93º	MADAGASCAR	15

Fonte: UNESCO Institute for Statistics (Dados de 1999-2003)



Cristovam defende pacto entre os partidos para destinar recursos à ciência e tecnologia como condição ao desenvolvimento do país

COMISSÕES

Corte de verba afeta concessão de patente

O contingenciamento de verbas pelo governo federal está sucateando o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) e prejudicando a tramitação dos processos de concessão de patentes no órgão, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Essa foi a opinião dos convidados da audiência pública que debateu questões relacionadas à propriedade industrial na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O encontro foi proposto por Ney Suassuna (PMDB-PB).

Presente ao debate, o vice-presidente do Inpi, Jorge de Paula

Costa Ávila, considera que o maior problema da autarquia está relacionado à falta de recursos humanos. O Inpi, disse, recebe anualmente 130 mil pedidos de patente, dos quais 8.500 são analisados pelos técnicos do setor. O órgão, que conta com 680 servidores, examina por ano 42 mil pedidos de registro de marca. Ávila afirmou que deverão ser criadas mais 450 vagas para o Inpi, a serem preenchidas por meio de concurso público.

Espera de sete anos para análise de patentes

Para o representante da Associação Brasileira das Empresas de Biotecnologia, Aloizio Borém,

a fila de espera para análise das patentes é de sete anos. Segundo ele, a situação compromete as pesquisas em biodiversidade.

Segundo a diretora-executiva da Embrapa, Tatiana de Abreu Sá, o governo deve implementar ações que garantam a permanência dos pesquisadores no Brasil e a captação de novos talentos.

Já o diretor jurídico da Natura, Antônio Siqueira da Silva, defendeu a reformulação do Inpi. Para os representantes da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual, Otto Licks, e da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Néelson Brasil, o órgão deve ter autonomia financeira e administrativa.

Especialistas discutem construção de Angra 3

A construção da usina nuclear de Angra 3, que demandará investimento de US\$ 1,8 bilhão para gerar 1.350 megawatts (MW), pode ajudar o Brasil a enfrentar a crescente demanda de energia e dar novo impulso à indústria de mecânica fina e aos institutos nacionais do setor voltados à pesquisa. A previsão foi feita pelo diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), Alfredo Tranjan Filho, durante audiência promovida pela Subcomissão de Ciência e Tecnologia, vinculada à Comissão de Educação (CE).

Já o diretor-presidente da Eletrobrás Termonuclear, Othon Pinheiro da Silva, recordou que mais de 80% da matriz energé-



Subcomissão de Ciência e Tecnologia, presidida por Flávio Arns (C), promove audiência sobre a retomada das obras da usina

tica brasileira provém das usinas hidrelétricas – proporção que, a seu ver, deve se manter. O físico Joaquim Francisco de Carvalho, mestre em Energia Nuclear, considera alto o preço da energia a ser gerada em Angra 3.

Por sua vez, o coordenador do Programa de Planejamento Energético da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Luiz Pinguelli Rosa, alertou para a necessidade de destinação para rejeitos radiativos.

Senadores elogiam qualidade do debate

O mundo tende a se dividir entre os que sabem e os que não sabem, alertou Marco Maciel (PFL-PE), citando o filósofo italiano Norberto Bobbio, falecido recentemente. Por isso, ele considerou oportuno o debate sobre a retomada da construção da usina nuclear de Angra 3, tema de audiência na Subcomissão de Ciência e Tecnologia, vinculada à Comissão de Educação.

Apesar de admitir não ter

posição “muito favorável” à retomada de Angra 3, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) elogiou a audiência. Para o parlamentar, o Senado dispõe de pouca informação, por exemplo, sobre os reatores nucleares que poderão ser construídos no país com tecnologia brasileira.

Também demonstrou interesse por esses reatores nacionais o senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE). A seu ver, o governo deveria

pensar nessa alternativa para reduzir os custos da implantação de novas centrais.

Os senadores Augusto Botelho (PDT-RR) e Marcelo Crivella (PMR-RJ) também defenderam o programa nuclear brasileiro, considerado como “irreversível”.

O senador Flávio Arns (PT-PR), presidente da subcomissão, elogiou a competência dos convidados e a profundidade do debate.

Cassol fala sobre corrupção no Legislativo de Rondônia

O governador de Rondônia, Ivo Cassol, prestou esclarecimentos na comissão especial que investiga denúncias de irregularidades na Assembléia Legislativa de Rondônia. As denúncias partiram do próprio Ivo Cassol, que entregou ao programa *Fantástico*, da Rede Globo de Televisão, fitas de reuniões em que parlamentares pediam propina de até R\$ 50 mil ao governador.



MÁRCIA KALUME

Ivo Cassol diz ter provado que deputados do estado recebiam “mensalão”

O presidente da comissão, senador Sibá Machado (PT-AC), e o relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO), questionaram o governador a respeito de denúncias feitas pelos deputados de Rondônia, que também o incriminam. Cassol negou participação nos esquemas de “mensalão” e extorsão na assembléia legislativa do estado e disse que nunca fez qualquer tipo de repasse ou acordo com os deputados denunciados.

O governador acrescentou que fez as gravações com o intuito de se proteger e que demorou para mostrá-las à imprensa porque precisava ganhar tempo enquanto era pressionado pelos deputados. Cassol disse sofrer pressões políticas desde que assumiu o governo e que

conseguiu atingir seu objetivo, de provar a existência de uma folha de pagamento paralela na Assembléia Legislativa de Rondônia e de contratos fantasmas que favoreciam empresas de alguns deputados do estado. As fitas incriminam sete deputados, mas os relatórios mostram até 23 envolvidos.

Cassol afirmou que seu dever como governador foi cumprido, mas que estará marcado para sempre e que sua família tem sofrido ameaças. O relator da comissão encerrou a reunião dizendo ter dados suficientes para fazer os relatórios que encaminhará ao presidente do Senado e ao presidente da República.

Embaixador na Tailândia dará prioridade à educação

O exemplo da Tailândia de aplicação de tecnologia à educação poderá tornar-se uma das prioridades do relacionamento bilateral, segundo anunciou o embaixador designado para aquele país, Edgard Telles Ribeiro, durante reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A indicação de Telles Ribeiro recebeu parecer favorável da comissão e será agora examinada em Plenário.

Os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) consideraram importante a aproximação com os Tigres Asiáticos. Roberto Saturnino (PT-RJ), presidente da CRE, comentou a combinação pretendida pelos tailandeses entre a busca pela modernidade e a sua tradição budista.

Questionado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o embaixador indicado informou que a ajuda brasileira aos atingidos pelo *tsunami* foi muito bem recebida pelo governo tailandês. Ele recordou que uma diplomata brasileira – Lys Amayo D’Ávila – faleceu na Tailândia, vítima das ondas gigantes que atingiram o país.

Também recebeu parecer favorável da CRE a mensagem presidencial de indicação do atual embaixador brasileiro na China, Luiz Augusto de Castro Neves, para exercer cumulativamente o cargo de embaixador junto à República Popular Democrática da Coreia. Segundo o relator da mensagem, senador Heráclito Fortes (PFL-PI), “ganha o Brasil” com a indicação.

PRECATÓRIOS

Jobim apresenta proposta para dívidas dos municípios

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, apresentou na residência do presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, uma proposta técnica e jurídica para resolver o problema dos precatórios, que vem afetando gravemente as finanças públicas dos estados e municípios. Além de Renan e Jobim, participaram do encontro o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, e líderes dos partidos das duas Casas.

De acordo com os números apresentados aos parlamentares, as dívidas dos estados estão atualmente em torno de R\$ 42 bilhões, enquanto os municípios devem perto de R\$ 20 bilhões. A prefeitura de São Paulo responderia pela metade das dívidas dos municípios, ou seja, R\$ 10 bilhões.

Pela proposta do presidente do STF, os entes federativos assumiriam responsabilidades que garantiriam benefícios recíprocos.



GERALDO MAGELA

Renan, Mercadante, Fernando Bezerra e Suassuna acompanham apresentação de Jobim (D)

COMISSÕES

Pressa no registro de agrotóxicos genéricos

O senador Gilberto Gollner (PFL-MT) disse, em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para discutir a aprovação de insumos agrícolas genéricos, que os produtores brasileiros sofrem com os altos custos e que, por isso, a agilização no processo de registro dos genéricos poderá estimular a competição neste mercado.

Para o técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) João Carlos de Souza Carvalho, o preço dos insumos agrícolas no Brasil é alto devido à política de registro dos produtos. Segundo ele, essa política favorece a concentração de empresas e interfere na livre concorrência. Ele também afirmou que os produtores agrícolas estão falidos e compram insumos do Uruguai, pois no Brasil alguns produtos são até 276% mais caros.

O aumento do agronegócio brasileiro não correspondeu a um aumento proporcional da infraestrutura para atendimento das demandas, apontou o diretor de programas da Secretaria de De-



Osmar Dias (E) participa de debate sobre insumos agrícolas genéricos: 12 empresas controlam 90% do mercado no continente

fesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Eleotério da Silva. Ele informou que há quatro vezes mais investimento na área animal do que na vegetal e defendeu a necessidade de um trabalho mais equitativo entre a pecuária e a agricultura no país.

A deputada Kátia Abreu (PFL-TO), que é membro da CRA da Câmara, destacou que apenas 12 empresas controlam 90% do

mercado de insumos agrícolas na América latina. Ela disse que o negócio com defensivos é crescente e implica prejuízo à agricultura, principal responsável pela balança comercial positiva do Brasil.

Por sugestão da deputada, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, poderá falar sobre o assunto em audiência pública conjunta das comissões da Câmara e Senado.

Questões legais atrasam tramitação

A demora no processo de registro de agrotóxicos e medicamentos veterinários genéricos foi uma observação comum entre os participantes da audiência. Para o representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Luiz Cláudio Meirelles, o atraso deve-se a decisões judiciais, que impedem o trâmite normal de avaliação do produto.

O registro de produtos genéricos demanda tempo porque o processo passa por várias fases, disse o representante da Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Luís Eduardo Rangel. Os principais fatores de atraso, na sua opinião, são as exigências legais e a falta de capacidade de aten-

dimento dos órgãos em relação à demanda.

Rangel explicou que, no caso de registro de um produto novo, são realizados testes para avaliar o índice de risco que pode causar à população. Já no caso do genérico, especialistas dos ministérios da Saúde, do Meio Ambiente e da Agricultura comparam os parâmetros químicos do produto equivalente ao que já está no mercado para assegurar o mesmo perfil e eficiência.

Disputas comerciais interferem no processo

O presidente da CRA, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), disse que as ações do governo não priorizam a agropecuária. Para ele, é inexplicável a falta de estrutura dos órgãos, a carência

de recursos e a ausência de financiamento para um setor de evidente interesse público.

Para o representante do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Márcio Freitas, as dificuldades na tramitação dos processos de registro devem-se às disputas comerciais e aos interesses de grandes redes "vinculadas mais ao interesse comercial do que ao cunho técnico".

Já o representante da Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos (Aenda), Túlio Teixeira de Oliveira, afirmou que o processo de registro de genéricos pode ser simplificado, pois, como o produto original já é conhecido, a avaliação do equivalente é mais rápida e o risco ambiental "insignificante".

ONU cobra apoio para aprovar convenção

O alto comissário da Organização das Nações Unidas (ONU) para refugiados, António Guterres, pediu que o Congresso Nacional ratifique a Convenção para a Redução dos Casos de Apátrida, proclamada pela ONU em 1961 e já assinada pelo Brasil. Guterres frisou que, com a ratificação da chamada Convenção 61, o Brasil terá assinado e ratificado todas as convenções da ONU relativas a direitos humanos, o que mereceu elogios do alto comissário.

A convenção da ONU busca unir os países signatários no auxílio a pessoas, em qualquer parte do mundo, que, por diferentes motivos, não receberam o estatuto de cidadão por um Estado e, portanto, não têm uma nacionalidade. O documento

estabelece que uma pessoa não pode ser privada de sua nacionalidade por razões raciais, étnicas, religiosas ou políticas; fornece medidas para a prevenção da apátrida resultante da transferência de território e estabelece regras para a concessão de nacionalidade a pessoas que de outra maneira seriam apátridas.

O apelo de Guterres foi feito durante reunião conjunta entre a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A reunião foi presidida pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ), presidente da CRE, e pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da CDH.

Comissão examina medidas contra exploração sexual

A comissão especial do Congresso formada para acompanhar as metas projetadas pelo relatório da CPI Mista da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizada em 2003 e 2004, reuniu-se para discutir os avanços e problemas das políticas públicas de combate à exploração sexual neste ano.

Presidida pela senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), a audiência pública teve a participação de representantes do Ministério do Desenvolvimento Social e da Polícia Rodoviária Federal, que apresentaram

os resultados de programas e campanhas nacionais.

O secretário nacional de Assistência Social, Osvaldo Russo, informou que o programa Sentinela, que presta assistência psicossocial e jurídica às vítimas de exploração sexual, atua hoje em 314 municípios, mas pretende quadruplicar esse número em 2006.

A senadora Patrícia Saboya elogiou a atuação do Ministério do Desenvolvimento Social, mas lembrou a importância de integrar o programa Sentinela com as políticas públicas de educação, saúde e segurança.



Osvaldo Russo, ao lado de Patrícia Saboya, fala do programa Sentinela, destinado a vítimas de exploração sexual

Ponto extra de TV a cabo pode ser cobrado

O Conselho de Comunicação Social (CCS) aprovou parecer do conselheiro Gilberto Carlos Leifert em que é reconhecida como legal a cobrança do ponto adicional de TV a cabo instalado a pedido do assinante. De acordo com o parecer de Leifert, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) é o órgão competente para decidir sobre as reclamações de consumidores de TV por assinatura.

A decisão foi tomada em resposta a nota técnica expedida pelo Ministério Público Federal e pelo MP de Minas Gerais sobre "abusividade e ilegalidade da cobrança por ponto adicional de TV a cabo". O MP considera que

a cobrança é ilegal.

Leifert baseou seu parecer em informações que lhe foram enviadas pela Anatel e pela Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA). Essas entidades informaram que, assim como o ponto principal, o ponto extra ou adicional depende da instalação de um aparelho decodificador.

Com a instalação do aparelho, a operadora tem obrigação de pagar à empresa programadora, como a CNN, por exemplo. Nesse ponto extra com decodificador, o assinante também poderá

dispor da transmissão de canais diferentes. Isso, segundo Leifert, é diferente de uma ligação como a das extensões telefônicas, em que há apenas uma linha para dois telefones.

O superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel, Ara Apkar Minasian, disse que a conexão na mesma residência, sem decodificador (como se faz com uma extensão telefônica), não pode ser cobrada. Apkar e o diretor-executivo da ABTA, Alexandre Annenberg, também participaram da reunião.

Instalação de aparelho decodificador justificaria o pagamento

Sistema de TV digital deve ser testado na Copa de 2006

O sistema digital de televisão deve ser testado no Brasil na Copa de 2006. Este é o objetivo do ministro das Comunicações, Hélio Costa, que participou de audiência pública realizada pelo Conselho de Comunicação Social. Ele anunciou que até o final do ano o modelo elaborado pelos grupos de desenvolvimento do sistema brasileiro de TV digital deverá ser concluído.

O modelo mistura a tecnologia utilizada internacionalmente com soluções para a realidade brasileira - afirmou o ministro.

Hélio Costa disse que o passo seguinte será levar a proposta ao Palácio do Planalto, para que

sejam definidos o padrão de modulação e as ferramentas de informática e eletrônica. Uma das exigências do governo é de que a TV digital seja aberta, já que a maioria não tem acesso à TV a cabo. Segundo ele, na primeira semana de janeiro, o modelo já estará estabelecido, permitindo dessa forma que as emissoras se preparem para transmitir pelo sistema digital em julho.

Além da melhora na qualidade de imagem e som, a TV digital proporciona interatividade e o aumento do número de canais, o que contribui para a democratização do meio - ressaltou Hélio Costa.

COMISSÕES

Rigor contra promoção pessoal de servidor público

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou dois projetos de lei que visam reforçar o combate a crimes contra a administração pública. De autoria do senador Jefferson Péres (PDT-AM), ambos tiveram decisão terminativa e só serão submetidos ao Plenário mediante recurso. O primeiro enquadra o uso de publicidade oficial para promoção pessoal de agente público como ato de improbidade administrativa e crime de responsabilidade.

A proposta (PLS 257/02), que altera várias leis, determina que constitui ato de improbidade administrativa permitir ou autorizar que, da publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de entidades públicas, constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Jefferson lembra, na justificativa do projeto, que a Constituição estabelece a proibição de utilizar publicidade pública para promoção pessoal, mas, devido a inúmeros casos de desrespeito a esse preceito, é preciso que haja norma que tipifique

essa prática como ilícita. Para o relator da matéria, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), o projeto reforça o preceito segundo o qual “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”.

Punição também para chefes dos três Poderes

O segundo projeto altera o Código Penal para inserir os agentes políticos entre os autores de crimes contra a administração pública sujeitos a ter a pena aumentada em um terço (PLS 28/05). A medida atingirá os chefes do Executivo e seus auxiliares diretos, os membros do Judiciário, do Legislativo, dos tribunais de contas e do Ministério Público, e ainda – por meio de emenda do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) – os chefes de missões diplomáticas de caráter permanente.

Para Alvaro Dias, que apresentou parecer favorável à matéria, se a punição atinge “com rigor ético” os funcionários públicos, nada mais justo que “esse rigor seja acentuado em relação aos chefes e membros dos Poderes da República”.

Projeto que obriga voto em trânsito passa na CCJ

Os eleitores que estiverem em trânsito no dia da eleição serão obrigados a votar, se estiverem fora de seu domicílio eleitoral, mas se encontrarem em locais atendidos pela Justiça Eleitoral. É o que determina substitutivo de Tasso Jereissati (PSDB-CE), aprovado em turno suplementar pela Comissão de Justiça (CCJ), em decisão terminativa. Se não houver recurso para exame do Plenário, o projeto será enviado à Câmara dos Deputados.

O substitutivo foi elaborado a partir do PLS 207/04, de Valdir Raupp (PMDB-RO), incorporando também alterações propostas em outros três projetos que tramitavam em conjunto: o PLS 195/02, de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR); o PLS 339/04, de Arthur Virgílio (PSDB-AM); e o PLS 361/04, de Lúcia Vânia (PSDB-GO).

O texto aprovado acrescenta novos artigos ao Código Eleitoral Brasileiro, determinando a obrigatoriedade do voto para todos os brasileiros que se en-

contrem fora de seu domicílio eleitoral. Para isso, autoriza que a Justiça Eleitoral efetue, de forma progressiva, as mudanças necessárias para se adequar à nova legislação. O substitutivo indica uma ordem de prioridade a ser seguida pela Justiça Eleitoral ao se preparar para possibilitar o voto em trânsito, a começar pelas eleições para presidente e vice-presidente da República, seguidas pelas eleições estaduais e municipais.

Para governador, vice-governador, senador, deputado federal e deputado estadual, a votação obedecerá a duas regras: uma para o eleitor que, fora do seu domicílio eleitoral, estiver em município incluído nos limites da circunscrição dessas eleições: outra para o eleitor que se encontrar fora deles.

O relator incluiu ainda uma emenda para condicionar a obrigatoriedade do voto fora do domicílio eleitoral à existência das condições financeiras, técnicas e operacionais necessárias.

JANE ARAÚJO



Presidente da CCJ, Antonio Carlos (E) garantiu as condições para o exame terminativo da matéria

Aprovado Estatuto da Igualdade Racial

Sonho de longa data do senador Paulo Paim (PT-RS), o Estatuto da Igualdade Racial foi aprovado na quarta-feira, por aclamação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Tudo foi feito para agilizar a votação do substitutivo de Rodolpho Tourinho (PFL-BA), apreciado em decisão terminativa. O presidente da comissão, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), com o apoio dos demais senadores, assegurou o segundo exame da matéria na mesma reunião.

A mobilização teve como objetivo apressar o encaminhamento da proposta (PLS 213/03) à Câmara, onde também há entendimentos para que seja votada rapidamente. O que se pretende é garantir a sanção da matéria até 20 de novembro, a tempo das comemorações do Dia da Consciência Negra, data da morte do herói negro Zumbi.

– É um prêmio ao senador Paulo Paim, por toda sua luta contra o racismo e pela igualdade racial



Senadores elogiaram luta de Paim contra o racismo e em defesa dos afro-brasileiros

– comentou Tourinho.

O substitutivo aprovado, segundo o relator, mantém os aspectos principais defendidos por Paim na proposta original. Prevê mecanismos indutores da igualdade de oportunidades no mercado de trabalho e institui o sistema de cotas em favor da população afro-brasileira nas universidades públicas, além de meios para garantir visibilidade aos afrodescendentes nos meios de comunicação.

Outro ponto importante é a previsão do Fundo de Promoção da Igualdade Racial, para financiar as ações previstas no estatuto. Há também mecanismos para melhorar as condições de acesso dos negros à Justiça e inovações que foram negociadas com o governo, como o reconhecimento das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos.

O estatuto tramitou no Senado cerca de 18 meses, tempo considerado curto por Tourinho, tendo em vista a complexidade da matéria. A proposta passou também pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE), onde foi relatada por César Borges (PFL-BA), e de Assuntos Sociais (CAS), relatada pelo próprio Tourinho. Em todas foram realizadas audiências públicas com representantes da comunidade negra e do governo.

Os senadores pelo PT Sibá Machado (AC) e Ideli Salvatti (SC) saudaram a aprovação do estatuto.

Carta de preso poderá ser interceptada

A correspondência de presos deixará de ser inviolável. É o que determina projeto de Rodolpho Tourinho (PFL-BA) aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Justiça (CCJ). A proposta autoriza a interceptação da correspondência remetida ou recebida por presos, para fins de investigação criminal ou instrução processual (PLS 11/04), mas determina que o conteúdo da carta seja mantido em sigilo.

Durante a discussão da ma-

téria, Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que o projeto fere o princípio da inviolabilidade da correspondência garantido na Constituição. Ele sugeriu que o assunto fosse repensado.

Para embasar a justificativa do projeto, Tourinho citou entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF). Ao posicionar-se sobre o assunto, aquela corte afirmou que “a cláusula tutelar da inviolabilidade do sigilo epistolar não pode constituir

instrumento de salvaguarda de práticas ilícitas”.

– Não são destinatários da norma aqueles que afrontam e desafiam o Estado de Direito – explicou Tourinho.

O relator, Demostenes Torres (PFL-GO), ao apresentar parecer favorável ao projeto, acolheu emenda de Aloizio Mercadante (PT-SP) que determina que a interceptação da correspondência de preso deve ser comunicada ao Poder Judiciário.

Linguagem inclusiva em edital de concurso público

Os editais de concursos para preenchimento de cargos públicos poderão passar a incluir a versão feminina do título do posto ofertado – procurador e procuradora da República, por exemplo. A medida consta de projeto de Serys Slhessarenko (PT-MT), que recebeu parecer favorável da Comissão de Educação (CE) e será agora analisado, em decisão terminativa, pela Comissão de Justiça (CCJ).

A proposta (PLS 306/05) destina-se a incluir na legislação o uso da chamada

linguagem inclusiva. Para evitar o que a autora identifica como discriminação de gênero, receberão flexão feminina e masculina os nomes de funções, cargos e empregos públicos. Passariam a ser designados com as devidas flexões de gênero os cargos eletivos e as patentes, postos e graduações das Forças Armadas.

Segundo o relator do projeto na CE, senador Marco Maciel (PFL-PE), a linguagem influencia o modo de percepção social da realidade. Ele considera que a

crescente presença feminina em funções cada vez mais diversificadas no mercado de trabalho, na política e na administração pública exigiria a tradução da nova realidade para o vocabulário.

Em decisão terminativa, a CE também aprovou projeto de Gerson Camata (PMDB-ES), presidente da comissão, que autoriza o Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Petróleo de Linhares, no Espírito Santo (PLS 332/04).

Foi acolhido ainda convite ao ministro

JOSÉ CRUZ



Maciel diz que vocabulário deve refletir avanço do papel da mulher

da Educação, Fernando Haddad, para que compareça à CE, com o objetivo de discutir a situação do ensino superior.

COMISSÕES

Recriação da Sudene vence primeiro round

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou substitutivo do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) ao projeto do Poder Executivo que recria a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A proposição será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de onde seguirá para o Plenário.

O projeto, promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tramita há três anos no Congresso Nacional. Além do presidente da CDR, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), e de Antonio Carlos Magalhães, mais quatro senadores que aprovaram a proposição são ex-governadores da área da Sudene: Mão Santa (PMDB), do Piauí; José Maranhão (PMDB), da Paraíba; César Borges (PFL),



Tasso Jereissati, presidente da CDR, e Antonio Carlos Magalhães, autor do substitutivo: proposta tramita há três anos no Congresso

da Bahia, e Eduardo Azeredo (PSDB), de Minas Gerais (o estado tem municípios no vale do Jequitinhonha, incluído na área de atuação da Sudene).

Com 11 emendas acolhidas pela comissão, o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) afirmou que uma novidade importante é a

criação do BNBPar, banco de investimentos que, operado pelo Banco do Nordeste, atuará na área de mercado de capitais a fim de captar recursos para projetos na região da Sudene. Emenda de Sérgio Guerra garante ao Banco do Nordeste participação no Conselho Deliberativo da Sudene.

Telefonemas com medição doméstica

As operadoras de telefonia fixa e móvel serão obrigadas a tornar disponível a seus assinantes a instalação de aparelhos para medição do consumo do serviço. A determinação é da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que aprovou, em turno suplementar, substitutivo do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) ao projeto de lei (PLS 39/02) do então senador Arlindo Porto.

A proposta, aprovada em decisão terminativa, acrescenta novo inciso à Lei Geral de Telecomu-

nicacões (Lei 9.472/97), para determinar que o usuário desse serviço tem direito “a sistema de registro de medição que permita a verificação do consumo efetivo de serviços de telecomunicações, independentemente dos documentos de cobrança apresentados pelas respectivas operadoras”.

Para Tourinho, o projeto implicará ganhos tanto para os usuários quanto para as operadoras. Os consumidores, segundo o senador, ganham transparência

na cobrança e no faturamento dos serviços, e a operadoras terão como contestar eventuais reclamações imprecisas dos usuários, mediante a apresentação dos dados coletados pelo medidor.

– A possibilidade de verificar o consumo aferido por aparelho próprio do usuário e confrontá-lo com a fatura que lhe é apresentada propicia melhores condições de impugnar eventuais cobranças indevidas – esclareceu o senador.

Schultz é novo conselheiro do Cade

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou a indicação do economista Luís Fernando Schultz para o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Vinculado ao Ministério da Justiça, o órgão é responsável pelo julgamento de crimes contra a ordem econômica, como por exemplo a formação de cartéis entre empresas.

Schultz é bacharel em Matemática, além de doutor em Direito, curso concluído na Alemanha. Na apreciação da CAE, ele contou com 20 votos a favor de sua indicação e um contra. O nome do economista foi aprovado, posteriormente, pelo Plenário.

Compareceram à reunião a presidente do Cade, Elizabeth Farina, e o secretário nacional de Direito Econômico (SDE), Daniel Goldemberg. Os senadores aproveitaram para manifestar preocupação com a lentidão do exame das denúncias e processos encaminhados aos dois órgãos. O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) destacou as



Luiz Otávio (C), presidente da CAE, conversa com senadores antes da votação do nome de Luís Fernando Schultz (E)

qualificações do indicado, que, segundo ele, provam a escolha técnica, orientada pela “não-politização” e “aparelhamento” do órgão.

A CAE também aprovou a realização de audiência pública para debater a privatização do Banco do Estado do Ceará. No requerimento, apresentado pelo senador José Jorge (PFL-PE) e subscrito pela senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), é solicitada a presença do presidente do Banco Central no debate.

Maranhão terá US\$ 30 mi para combater pobreza

A CAE confirmou parecer favorável e o Plenário do Senado aprovou posteriormente projeto que autoriza a contratação de empréstimo externo de US\$ 30 milhões pelo Maranhão, junto ao Banco Mundial. A operação destina recursos para o combate à pobreza rural.

Avança proposta de nova legislação para a pesca

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou parecer ao projeto de lei da Câmara (PLC 29/03) que dispõe sobre a política pesqueira nacional. O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), destacou que a proposta poderá modernizar e aperfeiçoar a legislação de política pesqueira e regular a atividade no país. O projeto vai ainda à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde receberá decisão terminativa.

Valdir Raupp informou que o assunto foi amplamente discutido com instituições representativas do setor pesqueiro, inclusive em audiência pública, e as sugestões serviram de subsídio ao texto final do projeto. O

relator explicou ainda que a proposta trata do desenvolvimento sustentável da aqüicultura e da pesca no país.

Raupp destacou a importância da parceria na pesca artesanal, prevista no projeto, que, para o senador, poderá legalizar uma relação já existente entre os pescadores e que é fundamental para a atividade. Pela proposta, acrescentou, a parceria não poderá ser utilizada na pesca industrial de pequeno e médio porte, para evitar casos de dissimulação da relação trabalhista.

As alterações feitas à proposta objetivaram, disse Raupp, além de aperfeiçoar a estrutura da futura lei, adequá-la à política de fomento à pesca e à aqüicultura do governo federal.

Comissão estuda ampliar “teste do pezinho” para cinco doenças

A Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde realizou audiência pública para discutir a implantação do diagnóstico da deficiência de biotinidase no “teste do pezinho”, exame de sangue realizado em recém-nascidos. O encontro contou com a participação do médico e cientista americano Barry Wolf, descobridor da doença.

Wolf explicou que a deficiência de biotinidase se dá quando o organismo não regenera a vitamina biotina. Esse déficit pode causar retardo mental, convulsão, anomalias cutâneas, perda de visão e audição e até levar à morte.

O diagnóstico precoce da doença – que pode ser feito justamente com o “teste do pezinho” – é muito importante, destacou Wolf, explicando que o tratamento é feito com doses diárias da vitamina.

Um programa já oferece gratuitamente, em todos os hospitais, o “teste do pezinho” para o diagnóstico de quatro doenças. A intenção é fazer um projeto que inclua no teste o diagnóstico da biotinidase. Essa ampliação, que reduziria enormemente as despesas futuras com internações, acrescentaria apenas R\$ 0,50 para cada teste. O tratamento tem o custo mensal de R\$ 12.

Projeto aumenta acesso dos deficientes ao emprego

Projeto do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que reserva vagas para pessoas deficientes nos programas de qualificação profissional financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) teve parecer aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O relator Marcelo Crivella (PMR-RJ) destacou que a proposta – que vai a exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – poderá contribuir para a melhoria das condições de emprego dos deficientes. Crivella informou que, em 2004, os programas de treinamento e qualificação do FAT beneficiaram 140 mil trabalhadores com deficiência. Segundo ele, se o projeto de Mercadante (PLS 295/04) for transformado em lei, podem ser acrescentadas 7 mil oportunidades de qualificação profissional por ano.

CAS aprova e elogia indicada para dirigir a Anvisa

A CAS também aprovou, por unanimidade, o nome de Maria Cecília Martins Brito para o cargo de diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A indicação do presidente da República ainda será submetida ao Plenário. A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que presidiu a reunião, disse que a indicada possui competência técnica e é sensível às questões relacionadas à vigilância sanitária, o que a qualifica para o cargo. – Todo o estado de Goiás está feliz por oferecer ao Brasil uma pessoa que tem compromisso com o interesse público – disse Lúcia Vânia. A relatora da mensagem, senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), salientou que, pelo currículo e pela história de Maria Cecília, ela prestará “grande contribuição a toda sociedade brasileira”.

SUPER-RECEITA

Renan diz que se empenhará para viabilizar votação

Pouco depois de suspender a sessão do Congresso aberta na manhã da última quarta-feira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, informou aos jornalistas que se esforçará para que a Casa vote logo a Medida Provisória 258, conhecida como MP da Super-Receita, aprovada na terça-feira pela Câmara.

— A MP tem problemas, divide os partidos, mas entendemos que o Brasil precisa muito dela e vou fazer tudo para que possamos votá-la. Assim, decidi que teremos sessões deliberativas na quarta, quinta e sexta-feira, de modo a recuperar o tempo perdido com o feriado de terça-feira.

Renan criticou o prazo de apenas um dia para a votação, pelo Senado, da MP da Super-Receita.

Ele sugeriu que, toda vez que uma medida provisória chegar ao Senado sem prazo suficiente, a Casa deixe a matéria perder a eficácia e a transforme em projeto de lei. O presidente defendeu mudança na tramitação de MPs de forma a garantir prazo igual para a Câmara e o Senado.

O presidente disse ainda não concordar com as críticas de que o Legislativo como um todo não está funcionando. Ele afirmou que o Senado votou no primeiro semestre 1.320 matérias e no segundo semestre, depois do início da crise política, mais de 700 matérias. Já a Câmara, acrescentou, não votou nenhum projeto de lei depois da vitória do ex-deputado Severino Cavalcanti para a Presidência da Casa.



Governistas terão três dias para negociar a aprovação da MP 258 com os senadores da oposição

Como ficou o projeto de lei de conversão

• **Mudança de nome** — Acrescentou-se Secretaria ao que era apenas Receita Federal do Brasil na MP 258; fica expressa a extinção da Secretaria da Receita Previdenciária; o projeto estabelece critérios para escolha do titular do novo órgão, responsável pelas arrecadações fiscal e previdenciária, mas a Câmara não aceitou sugestão do relator, deputado Pedro Novais (PMDB-MA), para que o nome do secretário fosse aprovado pelo Senado.

• **Recursos de contribuições previdenciárias** — Irão para o Fundo do Regime Geral de Previdência Social e serão usados para o pagamento dos benefícios, evitando que o governo reforce o seu caixa e aumente o superávit fiscal, como temiam opositores; além disso, haverá prestação de contas ao Conselho Nacional de Previdência Social sobre os resultados dessa arrecadação.

• **Disputas entre as categorias** — Os técnicos da Receita Federal não foram equiparados aos auditores fiscais, como pleiteiam há anos, mas receberam a classificação de analista técnico, ganharam atribuições próprias e foram reconhecidos

como cargo de nível superior, abrindo espaço para reivindicar tratamento isonômico aos analistas com salários mais elevados, como os do Legislativo e do Banco Central.

• **Situação de outros servidores** — O PLV permite que os procuradores federais que cuidam dos processos administrativos e judiciais do INSS possam continuar em exercício na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN); em função do volume de ações em curso relativas a créditos desse órgão, a Procuradoria Geral Federal por delegação da PGFN atuará nesses processos até 31 de julho de 2006.

• **Renegociação de dívidas dos estados** — Foi concedido o mesmo benefício assegurado a prefeituras, com parcelamento em até 240 meses (contra os atuais 60) dos débitos relativos às contribuições previdenciárias do empregador; e em até 60 meses do que foi apropriado indevidamente da contribuição dos empregados; prestações corrigidas pela Selic e desconto de 50% nos juros de mora; não ficou estabelecido valor máximo por prestação nem por município.

MP da Super-Receita depende de acordo

O governo não parece ter um plano B que garanta a continuidade da Super-Receita depois de 18 de novembro, quando a Medida Provisória 258 perderá validade. Portanto, deverá tentar costurar um acordo com a oposição para, no exíguo prazo de três dias, aprovar no Senado o projeto de lei de conversão nascido da MP e submetê-lo novamente ao crivo dos deputados.

Para enfrentar o cerco da oposição, que dificultou ao máximo a votação da MP na Câmara na semana passada — sob o argumento de que a unificação das estruturas de arrecadação e fiscalização fiscal e previdenciária, sob a batuta do Ministério da Fazenda, deveria ser feita por projeto de lei —, o governo deve aceitar negociar nova anistia fiscal às empresas que devem à Previdência.

Ainda não foi definida a proposta que será discutida nesta quarta-feira entre os líderes partidários e o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), dirigentes da Receita Federal e possivelmente o presidente do Senado, Renan Calheiros, que também atuou para viabilizar a votação da chamada MP do Bem.

Como as prefeituras obtiveram na MP 255 o parcelamento em

até 240 meses de suas dívidas com o INSS e a redução de 50% nos juros devidos, benefício agora estendido aos governos estaduais no PLV aprovado pelos deputados, as principais entidades empresariais do país pressionam os congressistas para obter condições semelhantes. A avaliação dos líderes governistas é de que isso facilitaria um acordo com a oposição.

No entanto, essa negociação no Congresso terá de romper a resistência do próprio presidente da República em autorizar o que está sendo chamado de Refis 3, como se intitulam os programas de recuperação fiscal do governo.

“O presidente Lula já declarou que não patrocinará nova anistia fiscal, porque isso alimenta a cultura da inadimplência”, disse Mercadante à imprensa na última quinta-feira, sinalizando a possibilidade de haver veto presidencial.

Existem, porém, diversas questões em jogo. O governo, segundo Mercadante, ainda não pesou o que mais custará aos cofres públicos: se a extinção da Super-Receita, pelo menos até a edição do decreto legislativo que assegurará o que

foi decidido durante os 120 dias de vigência da MP, ou essa nova anistia às empresas.

Os opositores também devem avaliar se terão poder de fogo para derrubar um veto presidencial se o acordo para votar a MP 258 ruir no Planalto. Até a definição do relator da MP ainda depende dos entendimentos sobre a nova renegociação das dívidas das empresas.

O líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), avisou que só aceitará ser relator se for para solucionar as pendências. Outro candidato à relatoria, o senador Romero

Jucá (PMDB-RR), defende a tese de que a criação da Super-Receita é a oportunidade de zerar o passivo das empresas com a Previdência, cujo ministério ele comandou até recentemente.

Além disso, a criação do órgão reacendeu antigas brigas corporativas, só amainadas com o substitutivo do deputado Pedro Novais (PMDB-MA). Com 522 emendas na Câmara, a 258 foi uma das MPs que mais suscitaram alterações no Congresso, segundo consultores do Senado.

Governo pode aceitar nova anistia para devedores da Previdência

.....

ORÇAMENTO

Relator sob pressão por mais verbas para 2006

Aprovado o parecer preliminar ao projeto da lei orçamentária de 2006, na última quinta-feira, começa agora a fase mais difícil para o relator-geral: buscar recursos para acomodar as pressões sobre os gastos da União no próximo ano. O novo teto para as emendas individuais, de R\$ 5 milhões por parlamentar — R\$ 1,5 milhão a mais do que no Orçamento de 2005 —, deve consumir R\$ 2,97 bilhões.

Como o governo só havia orçado R\$ 3,1 bilhões para os pleitos dos parlamentares, a

margem ficou tão estreita que o deputado Carlito Merss (PT-SC) terá de encontrar espaço na reestimativa de receita para atender às emendas de bancada e às de comissões permanentes das duas Casas, que envolvem projetos de maior valor. Isso só piora a disputa pelos recursos federais no Congresso.

Há ainda os sinais de que a arrecadação não deve ser impulsionada neste segundo semestre — inclusive, há quem aposte em crescimento negativo do PIB no terceiro trimestre, além da

queda na inflação e no câmbio. O relator já foi avisado pelos consultores técnicos do Orçamento de que as alterações no cenário macroeconômico apontam uma reestimativa inicial de somente R\$ 10 bilhões. Ou seja, não dariam sequer para suprir as prioridades listadas de forma preliminar pelo relator, no montante de R\$ 12,5 bilhões.

Mas a reavaliação oficial do Comitê de Receita, cujos integrantes devem ser designados esta semana, só deverá ser conhecida após o encerramento

do prazo de apresentação de emendas, dia 25 de novembro. Depois disso, pelo parecer preliminar, só será feito ajuste já na fase do relatório geral, por volta do dia 8 de dezembro.

Se não houver atraso, Merss quer colocar o parecer final em votação na Comissão de Orçamento (CMO) no dia 13 de dezembro. Por enquanto, a pressão maior está sendo feita pelos governadores que pleiteiam compensações da Lei Kandir de R\$ 10,7 bilhões, enquanto o relator só indicou R\$ 4,3 bilhões.



Merss terá de encontrar espaço na reestimativa de receita para atender demanda

PLENÁRIO Senado aprova texto da Convenção Conjunta sobre o Gerenciamento Seguro de Combustível Irrradiado

Acordo internacional diminui riscos para energia nuclear

Entre os acordos internacionais aprovados na quinta-feira pelo Plenário e encaminhados à promulgação, está o projeto que acata o texto da Convenção Conjunta sobre o Gerenciamento Seguro de Combustível Irrradiado e dos Rejeitos Radiativos. A matéria (PDS 362/05), que tramitou na Câmara por dois anos, chegou ao Senado no último mês de julho, tendo sido remetida inicialmente à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Relator do projeto na CRE, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) destacou em seu parecer favorável que a substituição determinada na proposta, na tradução da convenção para o português, da expressão "combustível irradiado" por "combustível nuclear usado" em nada compromete o processo legislativo de aprovação de acordos internacionais.

– Trata-se de um ajuste que será feito quando da internacionalização do referido acordo – esclareceu o senador.

Ainda na sessão de quinta-feira, o Senado rejeitou a Proposta de Emenda à Constituição 36/99, que propunha a transferência das atribuições dos tribunais e conselhos de contas municipais aos tribunais de contas estaduais.



Senadores aprovam convenção que garante regime de segurança no manejo dos rejeitos radiativos

Convenção deve reforçar segurança

A Convenção Conjunta sobre o Gerenciamento Seguro do Combustível Irrradiado e dos Rejeitos Radiativos tem como objetivo fortalecer o regime internacional de segurança no gerenciamento do combustível nuclear utilizado e dos rejeitos dos reatores nucleares.

O documento estabelece padrões internacionais de segurança para instalações nucleares e regras a serem observadas na construção de novas instalações, além de medidas a serem tomadas mesmo após a desativação da atividade.

Pela convenção, fica deter-

minado ainda que os países signatários devem assegurar, durante todas as fases do projeto, normas para impedir potenciais riscos e garantir a proteção da sociedade contra a irradiação ionizante. Os países também devem se comprometer a evitar ações que imponham impactos razoavelmente previsíveis sobre as futuras gerações, maiores que os permitidos para a atual geração.

Na Câmara, o relator da Comissão Especial de Segurança Nuclear, deputado Edson Duarte (PV-BA), considerou que a adesão do Brasil à convenção, cele-

brada em setembro de 1997, em Viena (Áustria), no âmbito da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), representa um passo importante para que o país adote normas mais rígidas para o setor.

– Estamos concluindo um trabalho que vai mostrar problemas sérios de segurança nuclear no país. Temos cerca de 50 mil fontes radiativas e não foi adotada a segurança adequada para a sua utilização – alertou Duarte.

Entre as fontes radiativas, as que mais preocupam a comissão são as utilizadas na medicina, segundo o deputado.

Congresso aprova crédito de R\$ 1,1 bi para militares

O Congresso Nacional aprovou na quinta-feira créditos suplementares no valor de R\$ 1,3 bilhão em favor dos ministérios da Defesa, Ciência e Tecnologia, da Educação e do Esporte. A maior parte dos recursos – R\$ 1,1 bilhão – vai para o Ministério da Defesa e será destinado ao pagamento decorrente do aumento linear de 13% concedido aos militares das Forças Armadas. Os projetos de lei aprovados (PLs 35/05 e 43/05) vão agora à sanção presidencial. O restante – R\$ 255,9 milhões – será aplicado em programas dos ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e do Esporte.

Consumidor poderá checar produto no ato da compra

O Plenário do Senado aprovou na quarta-feira substitutivo a projeto de lei da Câmara (PLC 88/04) que altera o Código de Defesa do Consumidor (CDC) para garantir ao cliente a possibilidade de examinar o produto no ato da compra e na presença do fornecedor. Agora, a matéria será votada em turno suplementar pelo Senado e, depois, volta a ser apreciada pela Câmara, por ter sido modificada pelos senadores.

Pelo substitutivo apresentado na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de autoria do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), o consumidor poderá escolher entre substituir o produto, ter abatimento no preço ou receber de volta a quantia paga se identificar defeito no produto ao inspecioná-lo no ato da compra. Esse direito de opção deverá ser concedido de imediato, não tendo mais o consumidor de esperar 30 dias para resolver o problema.

O exame prévio da mercadoria não exime o fornecedor, entretanto, da responsabilidade de ressarcir o consumidor por vícios detectados posteriormente. Assim, o substitutivo mantém a garantia do prazo para reclamação já previsto no CDC.

Projeto facilita trabalho de fiscalização em parque

O Senado aprovou na quarta-feira projeto do senador Augusto Botelho (PDT-RR) que autoriza as Forças Armadas e a Polícia Federal a entrarem nas unidades de conservação, como parques florestais, mesmo sem fazer pedido burocrático aos órgãos responsáveis, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Hoje, o órgão responsável pela área deve expedir uma autorização, mesmo nas faixas de fronteira.

– O Exército ou a Polícia Federal não podem ficar esperando pela burocracia se tiverem que ir a uma área onde pode estar ocorrendo uma atividade criminosa – argumentou Augusto.

O projeto autoriza não só a entrada de homens, como também equipamentos e máquinas ou veículos de transporte. Se houver necessidade, essas forças poderão se estabelecer na área pelo tempo que for necessário. A proposta recebeu parecer favorável do relator, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), para quem “as unidades de conservação em faixa de fronteira são indispensáveis à segurança nacional”. O projeto segue agora para exame dos deputados.

ESCOLAS - Após discussão em turno único, o Senado aprovou na quarta-feira projeto de lei da Câmara (PLC 70/05) que libera a União da obrigatoriedade de criar novas unidades de educação profissional no país exclusivamente em parceria com estados, municípios, Distrito Federal, empresas ou organizações não-governamentais. A matéria vai agora à sanção presidencial.

QUEBRA DE FIANÇA - Foi aprovado pelo Plenário do Senado, na quinta-feira, projeto de lei (PLC 17/05) que introduz modificações no Código de Processo Penal e inclui, entre as hipóteses de quebra de fiança previstas no artigo 328 do código, o comparecimento do réu ao local do qual deveria manter-se afastado, conforme determinação policial ou judiciária.

PROGRAMAÇÃO - A programação monetária do governo federal para os últimos três meses do ano foi aprovada na quarta-feira pelo Plenário do Senado. Na programação, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, afirma que o acirramento inflacionário iniciado no segundo semestre de 2004 já está controlado e, por isso, há espaço para que a taxa de juros continue a ser reduzida.

ENÓLOGO - Aprovado pelo Senado na quinta-feira o projeto de lei que regulamenta as profissões de enólogo e de técnico em Enologia. O projeto segue agora para exame da Câmara. As novas normas exigem que a profissão seja exercida por possuidores de diploma de nível superior em Enologia ou de nível médio expedido em cursos de tecnólogo em Viticultura e Enologia.

SEGURANÇA PÚBLICA - O Plenário do Senado criou, na quarta-feira, a Comissão Temporária Interna de Segurança Pública, com a finalidade de estudar os principais problemas de segurança do país. De autoria da senadora Heloisa Helena (PSOL-AL), o requerimento que instituiu o colegiado prevê a participação de sete senadores titulares e sete suplentes.

DIEESE - O Senado Federal aprovou na quinta-feira requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) para que o tempo destinado aos oradores na hora do expediente da sessão ordinária do próximo dia 23 de novembro seja dedicado à comemoração dos 50 anos do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese).

SEPETIBA - Projeto de lei da Câmara (PLC 33/05) que altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí, foi aprovado na quarta-feira pelo Plenário. O deputado Simão Sessim (PP-RJ), autor da proposta, argumenta que a alteração do nome é uma antiga aspiração da população de Itaguaí, município que abriga o complexo portuário. A matéria segue agora para sanção presidencial.

RESIDENTES - O Senado ratificou na quarta-feira, com a aprovação simbólica do Projeto de Decreto Legislativo 370/05, acordo internacional que isenta os cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) de pagamento de taxas para a obtenção de autorização de residência. O acordo vale para Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

FEBRE AFTOSA - O Plenário do Senado aprovou na terça-feira requerimento do senador José Agripino (PFL-RN) que solicita ao Tribunal de Contas da União (TCU) informações sobre a realização de auditoria em ação do Ministério da Agricultura no setor de sanidade animal nas áreas de fronteira. A intenção do senador é saber se foram tomadas providências para prevenir a atual crise da febre aftosa.

PIRATARIA - Projeto de lei da Câmara (PLC 63/05) que institui o dia 3 de dezembro como Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria foi aprovado pelo Senado. A autora do projeto, deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), afirma que a pirataria de produtos industrializados e a biopirataria são prejudiciais ao desenvolvimento científico e tecnológico, ao comércio e à arrecadação do governo.

PLENÁRIO

Heloísa: segurança tem verbas retidas

Heloísa Helena (PSOL-AL) denunciou a retenção pelo governo federal de verbas destinadas aos programas de segurança pública. Ela decidiu assinar requerimento com outros senadores solicitando ao presidente do Senado a criação de grupo de trabalho com a finalidade de estudar soluções para a área em 30 dias. O mesmo grupo ficará responsável também por sugerir mudanças no Orçamento.

– Esse governo não libera dinheiro para saúde, para educação, para segurança pública, para o combate ao tráfico de drogas, mas não atrasa um dia o pagamento de juros aos banqueiros – disse a senadora.

Heloísa lamentou que não tenha sido implantado ainda o projeto de criação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) para integrar municípios, estados e União no combate ao crime e formar banco de dados de segurança comum.



Governo está segurando verbas dos programas de segurança pública, afirma Heloísa Helena

Senadores comemoram os 180 anos do Diário de Pernambuco

“A liberdade de imprensa, um dos pilares da democracia, é hoje uma realidade no Brasil. Nossa mídia crítica, denuncia, aponta erros e cobra resultados.” Essa foi a análise feita pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, durante o seminário “O Poder Judiciário e a Imprensa”, em comemoração aos 180 anos do jornal *Diário de Pernambuco*, no Recife. O senador Marco Maciel (PFL-PE), também presente ao evento, recordou momentos importantes do jornal e destacou os nomes de alguns de seus colaboradores,

como Castro Alves, Joaquim Nabuco e Gilberto Freyre.

José Jorge (PFL-PE) registrou na segunda-feira o aniversário do *Diário de Pernambuco*, o mais antigo da América Latina e a mais antiga publicação em língua portuguesa. Ele recordou que, há 180 anos, o *Diário* tinha apenas quatro páginas. Na mesma data, lembrou José Jorge, o Grupo Paes Mendonça – proprietário da rede de supermercados Bompreço e de um complexo de comunicação que inclui o *Jornal do Commercio* – faz 70 anos.

Valadares denuncia invasão de site

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) denunciou a invasão do site NeNotícias, do deputado estadual, jornalista e radialista Gilmar Carvalho, de seu partido. O senador disse que o caso já está sendo investigado pela Polícia Federal.

– A liberdade de imprensa é um dos principais pilares da democracia e um bem da sociedade que lhe possibilita tomar conhecimento dos fatos – afirmou Valadares.

Programa Luz para Todos é elogiado por Ana Júlia

O programa Luz para Todos do governo federal foi elogiado pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), por levar eletricidade às regiões mais pobres do Pará, com investimentos da ordem de R\$ 113 milhões. Até agora foram atendidos, segundo a parlamentar, 68 mil pessoas e o número recorde de 500 comunidades. Ela salientou que a chegada de energia elétrica permitirá a expansão da atividade produtiva, gerando mais

renda para as famílias.

A senadora citou o município de Garapé-Mirim, onde cerca de 800 pessoas e 170 casas foram beneficiadas, e o de Moju, que, com investimentos de cerca de R\$ 1 milhão, atendeu 300 domicílios. Ana Júlia afirmou que para “quem já nasceu na luz” talvez seja difícil imaginar a alegria de pessoas que entram em contato com a energia elétrica e seus benefícios pela primeira vez.

Magno Malta defende pleito de policiais federais capixabas

Magno Malta (PL-ES) fez apelo ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para que considere as reivindicações dos servidores da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal do Espírito Santo em iminência de greve. Segundo o documento da categoria lido pelo senador, a classe luta por melhores condições de trabalho

com orçamento compatível às inúmeras atribuições funcionais.

– A Argentina tem população de 32 milhões habitantes e uma Polícia Federal com 47 mil homens. No Brasil, são 7 mil policiais federais para 180 milhões de habitantes. Precisariamos de pelo menos 21 mil homens para um país com fronteiras abertas e com a dimensão que temos – afirmou.

Maranhão apóia soluções contra o crime apontadas pela revista Veja

O controle da criminalidade exige medidas de diversas ordens, tanto por parte da população quanto do Estado, conforme as características específicas de cada região. A afirmação foi feita pelo senador José Maranhão (PMDB-PB) ao elogiar propostas da revista *Veja* contidas na matéria “Sete soluções contra o crime”, de 26 de outubro.

Para uma polícia eficiente, ressaltou o parlamentar, a revista aponta o aparelhamento e o treinamento policial, com salários dignos aos profissionais da segurança, coibindo também a corrupção nos meios policiais.

Crivella condena declaração de intolerância do presidente do Irã

Marcelo Crivella (PMR-RJ) condenou a recente declaração do presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, de que “Israel deveria ser riscado do mapa”. O senador, que é presidente da Frente Parlamentar de Amizade Brasil-Israel, disse que a afirmação, a qual classificou de “retórica irresponsável”, vai contra a tendência atual dos países do Oriente Médio de se encontrar soluções negociadas para os conflitos na região e pode contribuir para piorar as relações entre aquelas nações. Crivella anunciou que vai enviar à Mesa do Senado requerimento pedindo nota de repúdio da Casa contra a afirmação do presidente do Irã.

TRANSFERÊNCIA - Cristovam Buarque (PDT-DF) protestou contra o remanejamento de R\$ 40,4 milhões do ensino fundamental para as universidades. O senador conclamou os parlamentares a votarem contra o Projeto de Lei 35/05, do Executivo, sobre suplementação de verbas, que tramita na Comissão Mista de Orçamento.

LEI KANDIR - Lúcia Vânia (PSDB-GO) pediu ao relator da Comissão Mista de Orçamento, deputado Carlito Meres (PT-SC), solução para o impasse do repasse de R\$ 900 milhões e os ressarcimentos aos estados exportadores previstos na Lei Kandir para viabilizar a votação da Lei Orçamentária Anual.

UNIVERSIDADE - Leonel Pavan (PSDB-SC) acusou o governo de agir com descaso e insensibilidade ao revelar que a instalação de outra universidade federal em Santa Catarina não integra a lista de prioridades do Ministério da Educação. Com quase 6 milhões de habitantes, o estado só possui uma universidade federal.

BETINHO - Eduardo Suplicy (PT-SP) fez uma homenagem na quinta-feira ao sociólogo mineiro Herbert de Souza, o Betinho, que completaria 70 anos de idade no dia 3 de novembro. O sociólogo morreu em 1997.

– Betinho dedicou sua vida a melhorar a condição humana dos brasileiros e dos outros povos que o acolheram no exílio – disse o senador.

Presidência



O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu na quinta-feira um manifesto, contendo mais de 100 mil assinaturas de pequenos empresários paulistas, em apoio à aprovação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. O manifesto foi entregue pelo presidente da

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, e outros empresários.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) ofereceu sugestões para o projeto da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. A proposta deve ser apresentada como um

substitutivo ao Projeto de Lei Complementar 210/04, o projeto da Pré-Empresa, pelo relator da matéria na Câmara, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), que espera entregar seu relatório até o dia 16, o que permitirá a votação da matéria na Câmara ainda este ano.

Curtas

REFINANCIAMENTO - O presidente da Confederação Nacional da Indústria, Armando Queiroz Monteiro Neto, esteve no Senado na quarta-feira defendendo a inclusão de um programa de parcelamento das dívidas das micro, pequenas e médias empresas na Medida Provisória 258/05, que foi aprovada pela Câmara e agora deve ser votada no Senado.

NIGERIANOS - O presidente da Câmara dos Deputados da Nigéria, Aminu Bello Masari, governadores e ministros daquele país visitaram, acompanhados do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), na quarta-feira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, com ele discutindo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

SEMINÁRIO - O senador Efraim Morais (PFL-PB) abriu o “4º Seminário Nacional Interlegis”, com a presença do presidente do Senado, Renan Calheiros. O evento, que ocorre nos dias 1º e 2 de dezembro, no Centro Cultural e de Exposições de Maceió, conta com o apoio do governo e da Assembléia Legislativa de Alagoas, e da prefeitura e da Câmara Municipal de Maceió.

PLENÁRIO

Mercadante destaca avanços da economia

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), contestou análise do senador José Jorge (PFL-PE) [veja matéria abaixo], de que a economia poderia crescer mais rápido e que os juros são muito altos. Ele ressaltou que o crescimento foi de 4,9% em 2004 e deverá ser de 3,5% neste ano, enquanto em 1998 foi de 0,13%; em 2001, 1,3% e, em 2002, 1,9%.

Ao longo dos últimos 20 anos, disse Mercadante, o Brasil cresceu abaixo da média de países emergentes como a China, mas desde o ano passado o ritmo de crescimento foi acelerado, além de a queda da inflação permitir o aumento do poder de ganho dos

Para José Jorge, crescimento é resultado das reformas de FHC

O senador José Jorge (PFL-PE) criticou as declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, segundo as quais o atual crescimento econômico brasileiro é o maior dos últimos 20 anos. Para o líder da Minoria, o crescimento é incontestável, mas é um resultado das reformas econômicas empreendidas pelos governos anteriores e não das iniciativas do governo petista.

– Se há algum mérito na política econômica petista, é decorrente de que a nova administração econômica deu seqüência às bases implantadas pelo ministro Pedro Malan – opinou o parlamentar, para quem os índices brasileiros de crescimento ainda estão aquém da média internacional.

trabalhadores.

Sobre a taxa de juros, Mercadante frisou que a alíquota era de 27,5% quando o atual governo tomou posse, sendo agora de 19%.

– A vinda do ministro Palocci no próximo dia 22 à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai permitir aprofundar esse debate sobre a economia – disse Mercadante.

O senador admitiu a prorrogação do prazo de funcionamento da CPI dos Correios apenas se ela não puder concluir os trabalhos até 15 de dezembro.



Mercadante diz que presença de Palocci na CAE deve aprofundar debate econômico

Para ele, é preciso priorizar as votações das reformas tributária e política, e de outras matérias que ainda tramitam na Câmara.

Osmar Dias aponta resultado ruim

O senador Osmar Dias (PDT-PR) acusou o presidente Lula e o ministro Antonio Palocci de estarem desinformados em relação aos rumos da agricultura e da indústria nacional.

Segundo o senador, levantamento do Instituto Brasilei-

ro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta queda de 2% na produção industrial entre agosto e setembro, contrariando declarações recentes das duas autoridades sinalizando que vai tudo bem nos dois setores.

Tebet pede obras e juros menores

Ao comentar os focos de febre aftosa, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) cobrou do governo federal mais obras e a diminuição do pagamento de juros da dívida pública. Para ele, o governo gasta mal os escassos recursos

disponíveis, uma vez que apenas paga juros e não faz obras que beneficiem a população.

– Havia no Orçamento só R\$ 35 milhões para defesa animal, e ainda só gastamos 4% desse total. O que adianta fazer essa

Eletrificação copia FHC, acha Tourinho

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) afirmou que o Luz para Todos, programa de eletrificação rural do atual governo, deu continuidade a projeto semelhante implementado no governo Fernando Henrique Cardoso. Ele recordou que, dos 320 mil beneficiados

pelo programa atual, 250 mil já figuravam no programa anterior, Luz no Campo.

– Não quero tirar o mérito, mas cerca de 80% do que foi feito agora foi com restos do Luz no Campo – disse Tourinho, ministro de Minas e Energia na gestão FHC.

Biodiesel é a solução, diz Alberto Silva

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) defendeu o desenvolvimento de fontes alternativas de energia, como o biodiesel obtido da mamona, como uma forma de combater o desemprego no Nordeste.

– Há programas como o Bolsa-Família, mas a população prefere trabalhar. Eles não querem se sentir incapazes,

ainda mais porque há trabalho no campo – observou.

A mamona, explicou, já é muito utilizada na Bahia e, transformada em biodiesel, seria “uma fonte infinita de recursos”. Só no Piauí, segundo o senador, há várias instituições prontas para entrar na produção, aguardando apenas financiamento.

DEFENSORES PÚBLICOS

– Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) endossou pleito dos defensores públicos federais pela efetiva implantação da carreira em todo o país, prevista na Constituição de 1988. Segundo informou, a Defensoria Pública da União conta hoje com apenas 112 cargos, dos quais apenas 96 preenchidos, estrutura insuficiente para atender a milhões de brasileiros.

PESAR – Vários senadores prestaram solidariedade ao ministro da Controladoria Geral da União (CGU), Waldir Pires, pelo falecimento de sua esposa, Yolanda, entre eles Pedro Simon (PMDB-RS), Heloísa Helena (PSOL-AL), Renan Calheiros (PMDB-AL), Aloizio Mercadante (PT-SP), Ideli Salvatti (PT-SC), Ramez Tebet (PMDB-MS), Tião Viana (PT-AC) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

RORAIMA – Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) registrou que, na quarta-feira, se completou um ano que Roraima saiu do noticiário negativo da imprensa e se transformou em pólo de desenvolvimento. Mozarildo ressaltou “o trabalho árduo” do governador Otomar Pinto, assumindo a promoção do desenvolvimento e a compensação das desigualdades regionais.

TAXAS – Gerson Camata (PMDB-ES) protestou contra as taxas cobradas pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) dos moradores de Vitória, alegando que a cobrança está suspensa desde maio por liminar. Emenda constitucional promulgada em maio excluiu do patrimônio da União as ilhas costeiras nas quais existem sedes de municípios, o que isentaria os moradores de Vitória da cobrança.

INAUGURAÇÃO – Reginaldo Duarte (PSDB-CE) anunciou a inauguração da Biblioteca Pública Municipal Lustosa da Costa, em Sobral, no Ceará, que, segundo o senador, terá um acervo de 50 mil livros e deverá disponibilizar jornais e revistas para consulta, além de 16 computadores para acesso à Internet.

Lustosa da Costa, que morou muitos anos em Sobral, é jornalista e escritor.

ELETRIFICAÇÃO – Ana Júlia Carepa (PT-PA) registrou sua presença na inauguração do programa Luz para Todos, do governo federal, no município de Moju (PA), lembrando que o programa “chega onde mais é preciso”.

– Tem prioridade para chegar onde tem escola, unidade de saúde, assentamentos rurais, remanescentes de quilombos. São prioridades claras – assegurou a senadora.

Projetos

Direito de resposta na imprensa

Para mudar a Lei de Imprensa (Lei 5.250/67) no que se refere ao direito de resposta, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) propõe que a publicação da resposta ocorra na mesma página, pelo mesmo número de edições, com o mesmo tamanho e no mesmo dia da semana em que tenha sido publicada a ofensa (PLS 315/05).

Jucá propõe ainda alterar o Estatuto dos Policiais Militares dos estados do Amapá, Rondônia e Roraima, ex-territórios (PLS 316/05). Pelo projeto, esses servidores só serão transferidos para a reserva *ex officio* (de aceitação obrigatória) nos casos em que o policial se afastar do cargo por mais de dois anos contínuos.

Divulgação de dados sobre loterias

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) apresentou proposta (PLS 310/05) que modifica a Lei 6.717/79 (sobre as loterias da Caixa Econômica Federal) para tornar obrigatória a divulgação dos dados de arrecadação bruta, rateio e repasse de valores. Ele também propõe (PLS

318/05) criar o Sistema Especial de Inclusão Previdenciária, regulamentando os dispositivos constitucionais acrescentados à Carta pela PEC Paralela da Previdência. O projeto prevê benefícios de valor igual ao salário mínimo e contribuição mensal equivalente a 11% desse salário.

Cobertura de exame para recém-nascido

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) apresentou projeto (PLS 312/05) que determina a obrigatoriedade de cobertura, pelo plano privado de assistência à saúde de que seja beneficiário o pai ou a mãe, dos exames para diagnóstico de anormalidades no metabolismo do recém-nascido. A proposta modifica a Lei 9.656/98.

Alvaro Dias sugere criar Universidade Federal do Iguaçu

Projeto para autorizar a criação da Universidade Federal do Iguaçu (PLS 309/05), com sede na cidade de Foz de Iguaçu (PR), foi apresentado pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR), considerando as demandas científicas e tecnológicas da cidade, caracterizada pela posição estratégica de fronteira e pela proximidade com os países do Mercosul.

Improbidade ou abuso econômico dá inelegibilidade

Projeto (PLS 313/05) do senador Pedro Simon (PMDB-RS) torna inelegíveis os que cometeram atos de improbidade na função pública e os que praticarem abuso de poder econômico ou político, ou compra de votos em eleição anterior. Outra proposição (PLS 311/05) limita a 1% da remuneração inicial do cargo o valor da taxa de inscrição em concurso público.

Reajuste do mínimo seria o dobro do crescimento do PIB

Com o PLS 314/05, o senador Paulo Paim (PT-RS) propõe que, a partir de 1º de maio de 2007, o valor do salário mínimo observe critérios de reajuste que preservem seu valor real, sendo garantida a concessão de aumento

adicional correspondente ao dobro da variação real positiva do produto interno bruto (PIB) no ano imediatamente anterior. Em caso de variação nula ou negativa do PIB, não será concedido o adicional.

PLENÁRIO

Senadores em defesa dos municípios

Ao manifestar apoio à mobilização de prefeitos de todo o país, que voltaram a Brasília na semana passada para pedir a aprovação da reforma tributária, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) defendeu, mais uma vez, o aumento de um ponto percentual no repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Com a mudança, que integra o pacote da reforma a ser votada ainda este ano, os municípios passarão a receber, segundo Garibaldi, cerca de R\$ 1,4 bilhão a mais por ano.

– Parece pouco, mas será um alívio para pequenas cidades, que não têm como pagar o 13º salário dos funcionários – disse.



ROOSEVELT PINHEIRO

Reivindicação dos prefeitos de aumento de um ponto percentual no repasse do FPM foi apoiada por Garibaldi Alves

O senador ressaltou que os municípios não pedem nada absurdo, tendo em vista que todos os níveis da Federação já foram contemplados com alguma espécie de benefício.

Pavan cobra liberação de verba de 2005

A preocupação de vereadores e prefeitos do país com a demora na liberação de verbas de emendas parlamentares ao Orçamento Geral da União de 2005 foi relatada pelo senador Leonel Pavan (PSDB-SC). Ele observou que o ano já está terminando e deputados e senadores já cuidam de apresentar emendas ao Orçamento de 2006, mas, lamentavelmente,

grande parte dos recursos federais de 2005 destinada aos municípios continua retida pelo governo.

Em aparte, o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) endossou as considerações apresentadas por Pavan sobre as dificuldades criadas pelo governo federal para liberar emendas parlamentares e atender a pleitos dos prefeitos. O pefelista também

apelou pela conclusão da votação, na Câmara dos Deputados, do projeto de lei que aumenta um ponto percentual no Fundo de Participação dos Municípios e pelo repasse de cerca de R\$ 3 milhões a estados e municípios, oriundos da arrecadação pela Receita Federal do Parcelamento Especial (Paes ou Refis 2) de débitos fiscais, que seriam devidos pelo governo federal.

Quintanilha: prefeituras estão em crise

Leomar Quintanilha (PCdoB-TO) manifestou apoio aos prefeitos do país, reunidos na semana passada em Brasília em busca de uma solução, junto ao governo federal, para as dificuldades dos municípios devido à falta de recursos. O senador afirmou que muitas prefeituras estão em situação de insolvência.

Quintanilha disse que os parlamentares precisam colocar-se ao lado dos prefeitos, intermediando sua relação com as autoridades públicas federais para solução das demandas

dos municípios. O parlamentar ressaltou, no entanto, que a solução definitiva só será possível com uma “reforma completa” da relação federativa.

Aumento de repasse do FPM é medida paliativa

Na opinião do senador por Tocantins, o acréscimo de um ponto percentual no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), matéria em análise na Câmara dos Deputados, ainda é pouco para resolver os problemas que se acumulam. Ele citou como exemplo o caso de

Palmas, capital do Tocantins, que tem uma dívida de R\$ 44 milhões.

Entre as dificuldades enfrentadas, citou Quintanilha, estão o sucateamento dos transportes coletivos, a demanda reprimida na área de habitação, a falta de estrutura nos hospitais dos pequenos municípios, com sobrecarga no “sucateado” sistema das capitais, e a falta de recursos para atender crianças na faixa de zero a três anos, não contempladas pelo Fundo de Educação e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

Osmar condena retenção de repasses

Osmar Dias (PDT-PR) classificou como de extrema gravidade o fato de o governo federal não ter repassado ainda a parte que cabe a estados e municípios do montante arrecadado pelo programa de parcelamento de dívidas, chamado Parcelamento Especial (Paes). O senador pediu que o governo atenda à determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), que obriga a reclassificação desses valores para repassar corretamente os recursos para estados e municípios até o início de dezembro.

O parlamentar informou que, nos anos 2003, 2004 e 2005, o programa de renegociação de dívidas junto à Secretaria da Receita Federal ou à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional já arrecadou cerca de R\$ 6,1 bilhões, e parte desse valor deve ser repassada pelo governo

federal a estados e municípios para compor o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o Fundo de Participação dos Estados (FPE).

– Esses recursos não pertencem à União e sim aos estados e municípios. Se o Ministério da Fazenda esconde os recursos é um fato gravíssimo que atinge a credibilidade das instituições – disse, ao explicar que a União esqueceu de atualizar os valores, penalizando com isso municípios e estados.

Segundo o acórdão divulgado pelo senador, o TCU determina à Receita Federal e à Secretaria do Tesouro Nacional que concluem em 60 dias o sistema de classificação de receitas que permita a destinação de recursos do Paes. A Receita deverá apresentar as razões para a demora da reclassificação dos valores.

Osmar afirmou esperar que

até dezembro os órgãos do governo liberem os recursos, já que muitos municípios não terão como cumprir seus compromissos de fim de ano, como o pagamento do 13º salário dos servidores, caso não recebam o dinheiro devido pela União.

Anúncio de aftosa teria sido precipitado

Ao comentar notícias sobre laudo descartando a existência da febre aftosa no Paraná, o senador criticou a “forma precipitada” como o governo federal “havia anunciado ao mundo” a presença da doença no estado. Ele também protestou contra os prejuízos com que os agricultores paranaenses terão de arcar. Devido a suspeitas da doença na região, o governo proibiu a venda – incluindo exportações – e a vacinação dos animais suspeitos de contaminação.

Mozarildo aponta graves dificuldades em Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) reclamou de dificuldades enfrentadas por vários municípios de Roraima, tais como Uiramutã, Pacaraima e Roraimópolis. O senador criticou a falta de apoio dos órgãos federais na região, onde prefeitos enfrentam problemas financeiros devidos à queda nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios.

Ele lamentou o fato de o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ter criado assentamentos no sul do estado e depois abandonado os colonos à própria sorte, sem assistência técnica e sem financiamento.

– A incerteza quanto à propriedade de terras, e uma série de fatores, todos negativos, levam as pessoas a duvidar do seu amanhã – disse.

De acordo com o parlamentar, na parte norte do estado, nos municípios atingidos pela demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, cidades centenárias deverão ser extintas. Além disso, acrescentou, os moradores dessas localidades estariam “vivendo o pesadelo” de verem funcionários da Fundação Nacional de Assistência ao Índio (Funai) avaliar suas propriedades para pagamento de indenização e posterior desocupação da área.

Lula tem sido bom para o Tocantins, diz João Ribeiro

Ao comemorar o atendimento pelo governo federal de solicitação de verbas para seu estado, João Ribeiro (PL-TO) afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem sido um bom presidente para o Tocantins e para o Brasil.

– Com relação a obras, o estado está satisfeito com o governo do presidente Lula, sobretudo a nossa bancada parlamentar – afirmou.

O senador agradeceu ao relator do projeto da lei orçamentária

para 2006, deputado Carlito Merss (PT-SC), pela inclusão no texto de emendas que destinam recursos de R\$ 111 milhões para a construção da Ferrovia Norte-Sul, além de R\$ 44 milhões para a restauração da BR-153 e R\$ 5 milhões para obras da eclusa de Lajeado.

Ele comemorou aprovação de proposta de sua autoria, na Comissão Mista de Orçamento, que amplia valores de emendas individuais de R\$ 3,5 milhões para R\$ 5 milhões.



JANE ARAÚJO

Entidades de vítimas da talidomida são recebidas por Tião Viana e defendem campanhas de esclarecimento sobre a droga

Viana pede mais debate sobre uso da talidomida

Tião Viana (PT-AC) prestou apoio ao Conselho Nacional de Saúde, que determinou a interrupção imediata do processo de consulta pública conduzido pela Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa), que propõe a flexibilização de mecanismos relativos à talidomida, remédio usado para o tratamento da hanseníase, mas que pode provocar o nascimento de crianças com malformações físicas.

O conselho recomenda que os trabalhos sejam reiniciados com um grupo mais amplo, tendo em vista que a Associação Brasileira dos Portadores da Síndrome da Talidomida, o Movimento dos

Portadores da Hanseníase e entidades de trabalhadores da saúde ainda não foram convidados a participar.

O senador argumenta que a ampliação do uso da talidomida pode ocasionar o aparecimento de mais vítimas da droga, daí a necessidade da discussão ser ampliada para setores diretamente ligados ao assunto. O debate restrito, disse, pode causar uma visão parcial do problema. Tião Viana lembrou que o *Jornal Nacional*, da TV Globo, noticiou o nascimento de nova vítima da droga, em Rondônia, filho de hanseniano, com gravíssimas malformações.

PLENÁRIO

Frente quer emprego entre metas do BC

A Frente Parlamentar pelo Pleno Emprego, que reúne deputados e senadores, propõe uma mudança na lei para que o Banco Central (BC) tenha também o objetivo de buscar o pleno emprego, e não apenas o controle da inflação. O anúncio foi feito pelo economista José Carlos de Assis, um dos moderadores dos debates públicos promovidos pela frente, que tem na presidência o senador Marcelo Crivella (PMR-RJ).

A frente promoveu mais uma audiência pública, ouvindo dessa vez o ex-diretor do Banco Central e atual professor do Ibmec Carlos Thadeu de Freitas Gomes e o professor de Economia da Universidade de Campinas (SP) Ricardo Carneiro. Os dois sustentaram que a elevada taxa de juros fixada pelo Banco Central não se justifica e fizeram sugestões para promover o emprego. Carlos Thadeu defendeu a mudança de objetivos do BC, ponderando que isso é feito em outros países.

Ao final, Crivella afirmou que a taxa de juros real paga hoje pelo Tesouro Nacional, na faixa de 14% ao ano, mostra que o país "se transformou em um cassino". Para ele, é inacreditável que "uns 10 mil brasileiros" estejam hoje emprestando cerca de R\$ 800

bilhões ao governo e recebam por ano mais de R\$ 100 bilhões de juros. "Isso é uma indecência", sustentou.

O senador criticou o governo por permitir que investidores estrangeiros apliquem no Brasil a curtíssimo prazo e a juros altíssimos, tendo o direito de retirar o dinheiro a qualquer momento. Crivella ironizou ainda aqueles que afirmam que "o melhor do governo Lula é a sua política econômica".

– É uma mistificação igual àquela em que os senhores de engenho garantiam que tomar leite e comer manga era uma coisa venenosa. Eles apenas não queriam que os escravos comessem suas mangas – comparou.

Metas de inflação com prazos maiores

Em sua exposição, o professor Carlos Thadeu defendeu uma ampliação nos prazos das metas inflacionárias do governo, hoje anuais, para 16 ou 18 meses, o que asseguraria maior flexibilidade ao BC, que não precisaria elevar tanto os juros quando percebesse alguma pressão infla-



Crivella: "É uma indecência que 10 mil pessoas lucrem com os juros altos"

cionária.

Segundo ele, um aumento no nível do emprego só pode ser atingido com crescimento econômico, que, por sua vez, exige taxas de juros baixas, principalmente para as pequenas e médias empresas.

Já o professor da Unicamp Ricardo Carneiro acredita que "não se pode ter metas de inflação excessivamente baixas", como as determinadas pelo governo. Para Carneiro, se as metas fossem menos restritivas, os juros não precisariam ser tão elevados, ajudando no crescimento da economia e, em consequência, aumentando o nível de emprego.

Mesquita Júnior: Fust deve democratizar telefonia

Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC) lamentou em Plenário que os recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) não sejam aplicados na democratização da telefonia. Ele pediu que a legislação seja cumprida com a aplicação do Fust para levar a telefonia para áreas pobres e carentes e para populações de baixa renda.

– Hoje sobram 13 milhões de linhas de telefones fixos, e a maior parte da população continua sem acesso a eles, porque suas altas tarifas não cabem no bolso dos que deles necessitam – ponderou o senador.

Mesquita Júnior lembrou que o fundo, criado pela Lei 9.998/02, é constituído de 1% das receitas brutas das operadoras de telecomunicações, o que implica um montante arrecadado, pelo Tesouro Nacional, de cerca de R\$ 800 milhões anualmente. Nesses cinco anos de funcionamento, o Fust já arrecadou quase R\$ 4 bilhões, informou.

Ele afirmou, citando artigo do consultor Etevaldo Siqueira no jornal *O Estado de S. Paulo*, que "o Fust nunca foi aplicado em suas finalidades legais". Em vez disso, acrescentou o senador, tais recursos estariam sendo utilizados para reduzir o déficit público do país.

Mão Santa pede fim da greve nas universidades

Mão Santa (PMDB-PI) pediu a intervenção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem chamou de "mestre das greves", para encerrar a paralisação nas universidades federais, que já dura quase três meses.

– Quer dizer que Lula só sabe começar, não sabe terminar uma greve? – ironizou o senador.

Ele lamentou o que interpreta como falta de atenção do governo com a educação e informou que tem recebido muitos e-mails de pais e de alunos descontentes com a greve, que também atinge os hospitais mantidos pelas universidades.

– Quantos estão a sofrer nos corredores dos hospitais universitários? – protestou o senador, lembrando frase de Napoleão para advertir que "instantes perdidos no presente é desgraça no futuro".

Da tribuna, o parlamentar, citou trechos de impressos da literatura de cordel que trouxe do Nordeste, em que todos fazem alusão à crise política, com títulos como *O Arraial do Lula*, *Eis a Verdade: Partido das Trapaças*, *Impeachment do Presidente*, entre outros.

DANILOVICH - Arthur Virgílio (PSDB-AM) prestou homenagem ao diplomata John Danilovich, que deixou a embaixada dos Estados Unidos em Brasília no último dia 4 para integrar a Agência Governamental Corporação e Desafios do Milênio, em Washington. Para o senador, Danilovich, que era empresário e investidor na área privada em seu país, "exercera com competência e dedicação o posto no Brasil".

MULHERES CIENTISTAS - A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) registrou a conquista, por mulheres, dos primeiros lugares nas três categorias do 21º Prêmio Jovem Cientista. Venceram Ana Beatriz Gorini da Veiga, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Amanda Meskaukas, do Instituto Albert Einstein (SP); e Natália Évelin Martins, da Escola Olegário Maciel (MG).

BR-101 - João Batista Motta (PSDB-ES) protestou contra a paralisação da obra de duplicação da BR-101 entre Cariacica e Serra, no Espírito Santo, atribuída pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) à rescisão do contrato pela empreiteira. "O problema foi falta de pagamento", apontou o senador, destacando a importância da obra "numa das rodovias mais perigosas".

Economia da Paraíba está em queda, diz Suassuna

Relatório divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística revelou que o produto interno bruto (PIB) da Paraíba sofreu queda, contribuindo com apenas 0,9% do PIB nacional em 2003. Ao comentar os números em Plenário, Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que a participação da Paraíba no PIB é quase a mesma de 1985, quando era de 0,7%.

– Se considerarmos o aumento da população, o PIB paraibano está basicamente igual ao de 1983 – lamentou o senador, ao comparar com o Ceará, cuja participação no PIB teria atingido o dobro do da Paraíba.

Suassuna lamentou ainda a queda de 0,3 ponto percentual

no PIB do Nordeste, que caiu de 14,1%, em 1983, para 13,8% em 2003, o que aponta para o empobrecimento da região. Exigiu do governo a realização de obras estruturais e investimentos em educação, especialmente a criação de universidades públicas, como forma de qualificar melhor o trabalhador nordestino e reduzir o abismo que separa o Nordeste do Sul.

Ele cobrou do governo a recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste nos moldes originais, além de verbas e orientação para a industrialização do estado, que sofre com a perda de importância econômica de produtos como o algodão e o abacaxi.

Insegurança viola direitos humanos, denuncia Iris

O Brasil está longe de cumprir a Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada em 1948, disse, em discurso, Iris de Araújo (PMDB-GO). A parlamentar salientou que o direito à segurança pública é o mais desrespeitado no país.

– Quando não se tem o direito primário da preservação da integridade física, então não se tem direito algum. Banaliza-se a vida no Brasil de uma maneira terrível, chocante, bárbara – afirmou a senadora, que integra a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado.

Iris de Araújo lembrou também a discriminação a afrodescendentes, pardos e índios, além da falta de respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente. A senadora destacou que a luta para a manutenção

dos direitos humanos deveria ser o esforço central do país, porém, episódios como o "mensalão", os dólares de Cuba e visitas como as do presidente norte-americano, George W. Bush, acabam tomando conta dos debates.



Para Iris, "banaliza-se a vida no país de modo chocante"

Eduardo prega esforço comum para recuperar o Tocantins

Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) voltou a manifestar sua preocupação com a crise econômica e social que o seu estado atravessa. O senador anunciou que os parlamentares que se articularam em torno do movimento União do Tocantins, que incluiu dois senadores e cinco deputados federais, realizaram reunião para listar os principais problemas do estado e as reivindicações populares, para traçar novas alternativas de desenvolvimento.

Eduardo explicou que a União do Tocantins está à disposição do povo e das autoridades para buscar soluções para os dramas vividos pela sociedade e afirmou que as medidas devem ser drásticas. O parlamentar fez um apelo para que as autoridades do estado aceitem a sugestão do movimento, para fazer com que o estado do Tocantins seja novamente um pólo de esperança para o país.

Paim registra racismo da torcida do Juventude

O senador Paulo Paim (PT-RS) lamentou a atitude racista de parte da torcida do Juventude de Caxias do Sul, que agrediu, com gestos, o jogador Tinga, na partida contra o Internacional pelo Campeonato Brasileiro. O parlamentar, nascido naquela cidade, ressaltou que sua Caxias não é preconceituosa nem racista.

Paim elogiou a "atitude firme" do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), que determinou, em decisão inédita, que o Juventude perdesse o mando de campo por duas partidas e pagasse multa de R\$ 200 mil em razão da agressão. O senador registrou ainda que recebeu moção de apoio à aprovação de projeto de sua autoria que cria o Estatuto das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais.

Voz do Leitor

BEBIDAS ALCOÓLICAS

“Senadora Heloísa Helena, concordo com seu discurso. Bebidas alcoólicas causam prejuízos aos consumidores e à sociedade. Apóio a iniciativa de proibir as propagandas de bebidas alcoólicas, ou modificá-las, fazendo com que mostrem o mal que causam à saúde e ao convívio social e familiar.”
Daniel Belém Falcão, de Ipuéiras (CE)

APOSENTADORIA

“Peço com urgência um projeto para permitir a aposentadoria automática, para que as pessoas não sofram tanto para provar que já cumpriram as condições para a aposentadoria. Muitas contribuíram e já têm direito, mas por motivos como acidentes, enchentes, incêndios e outros perdem os carnês de recolhimento, não têm como provar ao INSS.”
José Maria Pereira, de Caratinga (MG)

MULHER

“Merece repugnância e deveria ser punido o responsável por todo e qualquer ataque gratuito à dignidade da mulher, tanto em público quanto na vida privada. Espera-se o decoro e a urbanidade devidos, principalmente quando a mulher estiver no exercício de suas atividades profissionais. Ataques pessoais a quem quer que seja no âmbito estatal não condizem com o comportamento das autoridades brasileiras, que deveriam primar pelo respeito à dignidade feminina, malgrado a avalanche de denúncias envolvendo o Estado como um todo.”
Agnes Altmann, de Brasília (DF)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

ISENÇÃO

“Sugiro um projeto de lei para isentar do pagamento das taxas de água e luz as pessoas com renda de até um salário mínimo e que sejam aposentadas, portadoras de deficiência, idosas, portadoras de HIV ou câncer, hipertensas ou outras com necessidades especiais. Para que esses cidadãos tenham mais qualidade de vida, pois eles já têm gastos com medicamentos que comprometem sua renda.”
Ronaldo Rodrigues de Souza, de São Paulo (SP)

RIO DE JANEIRO

“Senadores do Rio de Janeiro, Pavuna, bairro da capital, sofre sérios problemas de violência, assaltos e mortes. O que pode ser feito para diminuir essa criminalidade? Trata-se de local carente e que só possui uma delegacia.”
Eliseu Roberto Camargo, do Rio de Janeiro (RJ)

RESULTADO

“Votando ‘não’ no referendo sobre a proibição da venda de armas, o brasileiro mostrou que está insatisfeito com a política de segurança pública. Agora é preciso rever o Estatuto do Desarmamento, elaborado por defensores dos direitos humanos, mas que, na minha opinião, defendem direitos dos bandidos.”
Daniel Aragão Teixeira, do Rio de Janeiro (RJ)

CORRUPÇÃO

“Os roedores do dinheiro público começam a ser pegos, mas a pouca fiscalização e a lentidão da Justiça emperram a guerra do Brasil contra a corrupção.”
Antonio Cleiton Brilhante Souza, de Pentecoste (CE)

Pergunte ao Senador

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Francisco Aurino de Albuquerque, de Fortaleza (CE)

“Senador Arthur Virgílio, por que não extinguir a edição de medidas provisórias, se o excesso de MPs atrapalha a condução dos trabalhos? Por que não aprovar com mais rapidez a fidelidade partidária? E por que não acabar com showmícios, distribuição de camisetas e panfletos de propaganda política?”

O senador Arthur Virgilio (PSDB-AM) responde:

Prezado Francisco, a medida provisória, em si, não é um mal. É instrumento necessário para o governo atender a situações que exijam muita agilidade legal. Por isso, a Constituição sabiamente estabeleceu duas condições para a sua edição: urgência e relevância. O problema é que o governo, em muitos casos, não observa essas restrições e o Congresso tem aceitado isso com passividade. Temos lutado muito para que as duas exigências constitucionais sejam observadas, acabando-se com a avalanche de MPs. As outras duas perguntas dizem respeito à reforma político-eleitoral. Concordo com essas modificações. Infelizmente, qualquer mudança nessa área encontra resistência, pois quem se elegeu sob essas regras fica a imaginar se a alteração não lhe trará prejuízos eleitorais. Essa é a realidade.



VOTO OBRIGATÓRIO

Oberdan Francisco Meijon da Silva, de Congonhas (MG)

“Senador Tião Viana, o senhor acha correta a obrigatoriedade do voto se vivemos em um país democrático?”

O senador Tião Viana (PT-AC) responde:

Caro Oberdan, sou francamente favorável à obrigatoriedade do voto. Essa opção dos Estados democráticos de direito, simbolicamente, significa a responsabilidade do indivíduo perante a coletividade. A prerrogativa do direito, nesse caso, deixa de ser individual e passa a ser coletiva. O voto optativo, ao contrário, desresponsabiliza o cidadão frente às decisões da sociedade. Nos países em que o voto não é obrigatório, como na França, há um índice altíssimo de abstenção eleitoral. Como consequência, o objeto de voto não obtém o representativo respaldo da maioria dos eleitores. As decisões tomadas em prol da comunidade nacional fragilizam-se sem o apoio dos sujeitos sociais. Não podemos esquecer que muitos brasileiros lutaram, e alguns deram a vida – numa época em que imperava a ditadura militar –, para que hoje pudéssemos exercer plenamente esse direito. Antes disso, as mulheres e os analfabetos tiveram de lutar para hoje poderem votar. É compreensível que, diante da decepção com representantes que não correspondem às nossas expectativas, desmerecem nossa confiança ou se envolvem em corrupção, tentamos a querer exprimir nossa revolta, nosso repúdio, negando nosso voto. Mas negar participação é permitir, voluntariamente, o seqüestro de nosso bem mais precioso: o poder de opinar, de decidir sobre nosso destino e o de nosso país. Não podemos e não devemos nos eximir do pacto social. Se existem políticos que não merecem nossa confiança nem o cargo em que estão investidos, cabe a nós caçá-los pelo voto. O Congresso, com seus vícios e virtudes, é o retrato da sociedade que o elegeu. É nosso dever votar com consciência, sabendo que, na urna, estamos escrevendo o presente, o futuro e a história do Brasil. Essa responsabilidade é nossa. Não podemos fugir dela.



Frases

“O índice de informalidade na economia brasileira é muito alto e isso se projeta na classe política”

Anderson Adauto, ex-ministro dos Transportes, que confirmou na CPI do Mensalão ter usado dinheiro do PT para pagar dívidas da campanha para deputado federal em 2002, mas disse não ter como comprovar gastos.

“O presidente foi banal, pequeno e vazio. Mentiu ao reafirmar que nada sabia, ao negar o caixa dois. Nem a velhinha de Taubaté duvida que houve mensalão”

Arthur Virgilio, comentando a entrevista do presidente Lula no programa *Roda Viva*.

“Ninguém tem intenção de degolar o ministro”

Tasso Jereissati, sobre as negociações feitas pelo ministro da Fazenda Antonio Pallocci para seu comparecimento na CAE e não na CPI dos Bingos, como queria o relator, Garibaldi Alves.

“Como podemos investir, durante longos nove meses, somente R\$ 260,36 em cada criança e adolescente deste país? Isso significa menos de R\$ 1 por dia”

Patrícia Saboya, que cobrou dos governantes prioridade no Orçamento para os gastos com crianças e adolescentes.

“Lula trabalha para enterrar a CPI, que está mais perto de resultados concretos. É o rato mostrando a ponta do rabo”

José Agripino, sobre as manobras do governo para tentar impedir a prorrogação dos trabalhos da CPI dos Correios.

“Daqui a pouco vamos voltar investigando até o Império Romano. Um regresso *ad infinitum* não dá, temos que focar”

Osmar Serraglio, relator da CPI dos Correios, depois de insinuar que a comissão tornou-se um palanque de ataque ao governo e de manobras do próprio governo para que as investigações possam retroceder até 1998.

“Defendo a governabilidade, mas não dá mais para essas coisas se repetirem”

Renan Calheiros, questionando o prazo de apenas um dia reservado para a votação, pelo Senado, da medida provisória que criou a Super-Receita.

Foto da Semana

A disputa em torno da prorrogação da CPI dos Correios terminou com a confirmação pelo secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, das assinaturas necessárias à continuidade dos trabalhos até abril de 2006. A polêmica sobre o pedido de exclusão de dois deputados da lista a favor da prorrogação foi resolvido pelo critério da ordem cronológica: a relação das assinaturas foi protocolada depois do pedido de retirada dos dois nomes



J. FREITAS

Super-Receita em debate na rádio

O programa *Conexão Senado*, nesta segunda-feira, às 12h30, debate a chamada Super-Receita, criada pelo governo por medida provisória (MP). O governo anunciou concurso público e já instalou delegacias e representações em dez estados. Mas a unificação da fiscalização e da arrecadação da Receita Federal e da Previdência num único órgão vem gerando polêmica.

Na programação cultural, o destaque é o programa especial *Família Silva – Uma esperança de libertação*, que vai ao ar nesta sexta-feira, às 20h, com reapresentação no sábado, às 10h, e no domingo, às 17h. Para quem já ouviu falar de quilombos como o de Palmares, pode ser difícil imaginar que exista um núcleo de resistência negra no meio de um centro urbano. Mas existe,



João Nogueira (à direita, com Paulo César Pinheiro) é a estrela do programa *Música do Brasil*, no sábado, às 16h

sim, e ele está encravado num bairro nobre da cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Trata-se da família Silva, que ocupa uma área no bairro Três Figueiras há cerca de 60 anos. É a luta dessa família pela posse da

terra que você vai acompanhar no especial produzido e apresentado pelos jornalistas Larissa Bortoni e Maurício de Santi, em homenagem ao Dia da Consciência Negra, comemorado no dia 20 de novembro.

Já o *Música do Brasil*, no sábado, às 16h, apresenta João Nogueira, que vai interpretar *Samba do Méier*, de Wilson Batista e Dunga; *Feitio de Oração*, de Noel Rosa e Vadico; *Baile de Elite*, de Nei Lopes e João Nogueira; *Nó na Madeira*, de João Nogueira e Eugênio Monteiro; *Eu Sei Portela*, de João Nogueira e Geisa Nogueira; *Pimenta no Vatapá*, de João Nogueira e Cláudio Jorge; *Além do Espelho*, de Paulo César Pinheiro e João Nogueira; *Espelho*, de Paulo César Pinheiro e João Nogueira.

Também no sábado, às 11h, o *Música Erudita e seus Mestres* apresenta programas radiofônicos em versões rádio-teatralizadas e musicadas sobre dois compositores de música erudita: Tchaikovsky e George Gershwin.

Mais informações sobre a programação da Rádio Senado em www.senado.gov.br/radio.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil

3h30 - Entrevista 3
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais

7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Cidadania
13h30 - Espaço Cultural
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
14h10 - Senado Notícias
14h30 - Música e Informação
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música e Informação

SÁBADO

8h - Música e Informação
9h - Prosa e Verso
11h - Música Erudita
12h - Música e Informação
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e Informação
22h - Vozes do Século XX
23h - Música e Informação

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros
9h30 - Música e Informação
11h - Música do Brasil (reprise)
12h - Música e Informação
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Música e Informação
17h - Vozes do Século XX (reprise)
19h - Música e Informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e Informação

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5.990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

RESENHA

Um passeio por um Rio de Janeiro romântico

ALEXANDRE GUIMARÃES

Joaquim Manuel de Macedo, o escritor romântico de obras como *A Moreninha* e *O Moço Loiro*, é o guia do interessante *Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro*, volume 42 das Edições do Senado Federal.

O livro poderia ser descrito genericamente como um guia turístico escrito pela pena do romantismo brasileiro em seu auge, a segunda metade do século 19. A obra reúne crônicas de Macedo, publicadas entre 1862 e 1863 no *Jornal do Commercio*, sobre vários locais do Rio de Janeiro – Palácio Imperial, Passeio Público, Convento de Santa Teresa, Convento de Santo Antônio, Igreja de São Pedro, Colégio Pedro II, Capela de Nossa Senhora do Parto, Sé do Rio de Janeiro, entre outros.

Em cada capítulo, o leitor pode passear por um texto em que descrição, história e mito são costurados num tecido tão

belo e apaixonante que, certamente, faz ter saudades de um Rio de Janeiro que não existe mais.

Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro é resultado de um esforço de Macedo para retratar o cotidiano carioca, da mesma forma que ele o fez em seus romances, nas peças teatrais e nas interessantíssimas *Memórias da Rua do Ouvidor*, também editadas pelo Senado Federal.

O que mais dá prazer na leitura de *Um Passeio* é certamente a romantização que Joaquim Manuel de Macedo dá a toda a história do Rio de Janeiro: narração fluente, descrições aprimoradas, diálogos quase reais.

Um ponto a mais de atração de *Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro* são as belas gravuras de época que embelezam o livro. Apesar de ser tratado estritamente como uma obra de não-ficção, o que realmente se lê é um belo romance quase real da cidade do Rio de Janeiro.



Obra do escritor romântico Joaquim Manuel de Macedo faz o leitor sonhar com o Rio de Janeiro do século XIX

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. O livro *Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro*, volume 42 das Edições do Senado Federal, pode ser adquirido por R\$ 30. Mais informações pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO

Documentário mostra Lévi-Strauss no Brasil

A TV Senado lançou, na terça-feira, o documentário intitulado *Lévi-Strauss: Saudades do Brasil*, que mostra a reconstituição da experiência do pensador francês – atualmente com quase cem anos de idade – no Brasil, no início de sua carreira. O vídeo, dirigido pela jornalista Maria Maia, da TV Senado, conta a história do antropólogo, que fez parte do grupo de professores europeus que deram aula na então recém-criada Universidade

de São Paulo (USP).

À cerimônia de lançamento do documentário, na Biblioteca do Senado, estiveram presentes o secretário-geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães Neto; o senador José Sarney (PMDB-AP); o diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado, Armando Rollemberg; e vários funcionários da TV Senado responsáveis pela produção, que será exibida pela emissora neste mês de novembro.

Em discurso, Sarney explicou

que a decisão de produzir o documentário sobre o intelectual francês surgiu ainda quando foi presidente do Senado. Segundo ele, a intenção foi buscar uma forma de “marcar a presença do Senado nas comemorações do Ano Brasil-França”.

– Escolhemos Lévi-Strauss por ser o maior intelectual vivo de sua geração no mundo. Como Einstein está para a Física e Freud para a Psicanálise, Lévi-Strauss está para a Antropologia – afirmou Sarney.

Paim e Simon lançam livros na Feira de Porto Alegre

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lançou, na quinta-feira, no pavilhão de autógrafos da 51ª Feira do Livro de Porto Alegre, seus mais novos livros: *Menos Juros, Mais Empregos* e *Drama dos Brasileirinhos – Reflexões sobre ética e solidariedade*.

Simon falou sobre a luta que desenvolve visando ao crescimento econômico do Rio Grande do Sul e disse que está empenhado em pressionar o governo federal a liberar os recursos referentes aos impostos que os estados deixam de arrecadar em virtude da Lei Kandir.

Também esteve na feira o senador Paulo Paim (PT-RS), que autografou na sexta-feira a obra *Batalha de Caioatê – Epi-*

sódio culminante da Guerra das Missões, de Ptolomeu de Assis Brasil. Paim, autor da apresentação, lançou ainda seu mais novo livro: *Salário Mínimo: Uma história de luta*, que descreve a trajetória do senador na luta por um salário mais digno para o trabalhador brasileiro.

Senado leva teatro de bonecos a Gravataí

Fizeram sucesso as duas apresentações do espetáculo de mamulengo *O Casamento de Chiquinha Muito Prazer com Tião Sem Sorte* realizadas pelo servidor do Senado Josias Wanzeller da Silva, para os mais de 200 alunos da Escola Municipal Santa Madalena, de Gravataí (RS).

Senado assina cooperação técnica com tribunais

Os conhecimentos técnicos do Senado Federal, do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) serão compartilhados pelos servidores das três instituições. Foi assinado, na última terça-feira, protocolo de intenções para estabelecer cooperação técnica e intercâmbio de informações entre os três órgãos. Agora, funcionários do TCDF e do TJDFT poderão matricular-se nos cursos oferecidos pelo ILB (Instituto Legislativo Brasileiro), pela Unilegis (Universidade do Legislativo) e pelo Interlegis (Comunidade Virtual do Legislativo) e os servidores da Casa também poderão participar de cursos promovidos pelos tribunais.

Conheça o Senado

República sepulta mandato vitalício

Há 116 anos, no dia 15 de novembro, foi instaurado novo sistema de governo com a proclamação da República pelo marechal Deodoro da Fonseca. O movimento pela mudança que deu fim à Monarquia no país foi desencadeado a partir de campanhas como a republicana, que defendia o regime presidencialista, representativo e descentralizador.

Naquela data, o marechal entrou no quartel-general do Exército, atualmente Palácio Duque de Caxias, sede do Comando Mi-

litar do Leste, no Rio de Janeiro. Em cima de um cavalo, encerrou a reunião do gabinete da Monarquia, numa ação que deveria ocorrer no dia 20. Um vazamento de informações levou à antecipação do ato pelo marechal.

Com o fim do governo monarquista, foi instalado um governo provisório, presidido pelo próprio Deodoro da Fonseca. A meta era consolidar o novo regime, aprovar uma Constituição republicana e executar as reformas administrativas necessárias.

À época, o governo expulsou

a família imperial, aboliu a vitaliciedade do Senado e do Conselho de Estado, e dissolveu a Câmara dos Deputados e todas as assembleias provinciais e câmaras municipais. Foram então convocadas eleições para a Assembleia Constituinte, eleita em 1890 com a missão de preparar a primeira Constituição republicana.

Com a instituição do Ministério republicano, Rui Barbosa assumiu a vice-chefia do governo provisório, além da pasta da Fazenda e da Justiça, esta



Dom Pedro II recebe a carta de exílio, mensagem do governo provisório que informava a deposição e o banimento do monarca

interinamente. Quintino Bocaiuva foi outro destaque no novo Ministério. Ambos foram depois eleitos senadores pelos estados da Bahia e do Rio de Janeiro,

respectivamente.

Somente em 24 de fevereiro de 1891 foi promulgada a primeira Constituição republicana, que vigeu até 1930.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Edson de Almeida, Valter Gonçalves Júnior, Flávio Faria, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes, Suely Bastos e Thâmara Brasil.
Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, Janaina Araújo, João Carlos Teixeira, Paula Pimenta e Sylvio Guedes

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Alimentação pode transmitir zoonoses

Zoonoses são doenças potencialmente transmissíveis dos animais ao homem e vice-versa. A Humanidade está exposta a cerca de 180 delas. As zoonoses podem ser transmitidas diretamente do animal para o homem (nesse caso, a mais comum é a raiva), por meio de um vetor (como o mosquito da dengue) ou por alimentos contaminados.

O *Especial Cidadania* tratou das doenças transmitidas por animais domésticos na edição 51. Nesta edição, você vai saber mais sobre algumas das doenças transmitidas pela carne e outros alimentos de origem animal.

As zoonoses de origem alimentar podem ser divididas em: principalmente transmissíveis por via digestiva (como salmonelose, toxoplasmose, cisticercose),

transmissíveis com frequência similar por via digestiva e outras vias (tuberculose zoonótica, brucelose e outras) e ocasionalmente transmissíveis por via digestiva (como pasteurelose, leptospirose, erisipela, listeriose, vibriose, febre aftosa).

Algumas dessas zoonoses têm cura espontânea, mas os sintomas podem ser muito graves, e até levar à morte. Por isso, é importante procurar um médico assim que houver qualquer suspeita.

Esta edição traz informações sobre algumas dessas doenças, e contou com a consultoria de Simone Perecmanis, professora de Microbiologia da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília (UnB).



Boa procedência, armazenamento correto e higiene são indispensáveis no consumo de carnes

Características de cada doença

FEBRE AFTOSA - Provocada por vírus, acomete bovinos, suínos, ovinos e caprinos. Os animais passam a ter febre, aftas na boca, na língua e na gengiva e feridas nas patas. É altamente contagiosa. Os animais doentes transmitem o vírus por onde passam. Os humanos não transmitem o vírus entre si, mas podem levá-lo para os rebanhos.

A contaminação, entretanto, só ocorre quando a pessoa mantém contato constante com animais doentes ou ingere leite não fervido nem pasteurizado dos animais contaminados. No homem, os sintomas são brandos: febre baixa, calafrios e aftas na boca. São raros os casos registrados em pessoas e não há ocorrência de morte.

TUBERCULOSE ZONÓTICA -

Doença infecto-contagiosa causada pela bactéria *Mycobacterium bovis*, é transmitida ao homem pela ingestão de leite bovino cru contaminado ou subprodutos feitos com leite não pasteurizado. Em fazendas pode haver contaminação do homem por exposição às secreções respiratórias de animais doentes. A enfermidade pode ter atuação branda, com cura espontânea, ou grave e prolongada, podendo levar à morte de pessoas.

CISTICERCOSE -

É causada pelos ovos da *Taenia solium* (*Cysticercus*), ingeridos em verduras e legumes mal lavados, contaminados com matéria fecal de origem humana, que podem vir a se localizar em músculos, coração, pulmão, olhos e cérebro do homem, caso mais grave. Após a morte do parasita, os cistos ficam calcificados no cérebro e podem causar dor de cabeça, dificuldade para andar, alteração do comportamento, hipertensão intracraniana, convulsão, cegueira e até morte. Pode permanecer sem sintomas durante anos e até nunca vir a se manifestar.

testino. A infecção muito grave pode levar à deficiência de vitamina B12 e, em consequência, à anemia perniciosa (fadiga e confusão). O diagnóstico é feito pelo exame de fezes. O tratamento é eficaz e a infecção não deixa seqüelas.

MAL DA VACA LOUCA -

A doença de Creutzfeldt-Jakob é a variação humana dessa moléstia dos bovinos. É provocada pela proteína príon, que assume forma anormal e induz o defeito em outras. As proteínas defeituosas destroem neurônios e o cérebro fica esburacado como uma esponja. Provoca contração muscular e demência. A transmissão ocorre principalmente por ingestão de carne, mesmo frita ou cozida, de animais contaminados. Não há tratamento conhecido.

TOXOPLASMOSE -

Causada pelo protozoário *Toxoplasma gondii*, manifesta-se principalmente por ínguas. Após uma fase de infecção, a doença fica "adormecida" e pode voltar a se manifestar quando a pessoa enfraquece, reduzindo a lucidez

BRUCELOSE -

Causada por bactérias do gênero *Brucella* transmitidas ao homem por bovinos, suínos, caprinos, ovinos e caninos infectados, principalmente por ingestão de leite cru e por contato. O período de incubação pode variar de uma semana a vá-

rios meses. Pode ter atuação branda e cura espontânea, ou ser grave e até levar à morte. Provoca inflamação do baço e do fígado, e com frequência artrites, neurites e orquites (inflamação dos testículos). O tratamento é feito com associação de antibióticos.

Cuidados evitam contágio

- ▶ Cuidar da higiene no preparo de alimentos (mãos e utensílios limpos), no armazenamento e no uso da água (deve ser filtrada ou fervida).
- ▶ É importante conhecer a procedência do que está sendo consumido. Deve-se procurar o carimbo do SIF (Selo de Inspeção Federal) na peça de carne ou na embalagem.
- ▶ Observar a temperatura de cozimento. Carnes de porco e frango devem atingir aproximadamente de 70°C a 75°C e não devem ser comidas cruas. Já a carne bovina pode ser deixada entre 65°C e 70°C (quando desaparece a coloração rosada característica da carne malpassada). É importante que a temperatura chegue à carne toda, inclusive ao miolo.
- ▶ Não se deve dar carne crua ou malpassada para crianças de até 12 anos. Vegetais crus, somente após elas completarem um ano, e devidamente esterilizados. Isso porque o organismo delas é mais vulnerável a contaminações e menos resistente a infecções e

- a intoxicações alimentares.
- ▶ Quem quiser comer peixes crus (*sushi*, *sashimi*, *ceviche*) tem que conhecer a procedência e observar as práticas de higiene dos restaurantes. Alguns têm laudos técnicos que atestam a qualidade do pescado. O preparo de pratos com peixe cru ou malcozido deve ser precedido de congelamento do pescado em no máximo -20°C por, no mínimo, sete dias, ou em menos de -35°C por pelo menos 15 horas.
- ▶ Quem não quer abrir mão de pratos com carne bovina crua (como *carpaccio*, quibe cru ou *tartare*) ou malpassada deve congelar a carne por pelo menos 15 dias antes de consumi-la. No *carpaccio*, esse cuidado é essencial, pois temperos como mostarda, azeite e vinagre - usados com a carne crua no preparo do prato - possuem carboidratos que favorecem o desenvolvimento de bactérias.
- ▶ As gestantes devem fazer os exames solicitados durante o pré-natal.

Informações

Ministério da Saúde
Esplanada dos Ministérios, bloco G
70058-900
www.saude.gov.br
Disque Saúde: 0800 61-1997
Guia de doenças infecciosas e parasitárias: http://dtr2001.saude.gov.br/svs/pub/GBDIP/guia_bolso_4ed.pdf

Centros de intoxicações:
0800 78-0200; 0800 41-0148; 0800 14-8110; 0800 284-4343; 0800 643-5252; 0800 771-3733. Centrais regionais para informações sobre intoxicações com plantas, animais, remédios ou produtos.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)
SEPN 515, Bl. B - Edifício Ômega
70.770-502 - Brasília (DF)
Tel.: (61) 3448-1000
www.anvisa.gov.br

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Esplanada dos Ministérios, Bloco D
70043-900 - Brasília (DF)
Tel.: (61) 3218-2828
www.agricultura.gov.br

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)
Tel.: (61) 3448-4433
Ouvidoria: (61) 3347-8706, 3349-5045 e 3448-4199

Embrapa Suínos e Aves:
www.cnpqa.embrapa.br

Embrapa Gado de Corte:
www.cnpqc.embrapa.br

Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília (UnB)
Tel.: (61) 3307-2431
secfav@unb.br
www.unb.br/fav-n/

Núcleo de Pesquisas em Zoonoses da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Tel.: (14) 3811-6270
www.fmvz.unesp.br

Conselho Federal de Medicina Veterinária
Tel.: (61) 3322-7708
www.cfmv.org.br